Capítulo 3

O revolucionário

Evanir Pavloski

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAVLISKI, E. O revolucionário. In: *1984: a distopia do indivíduo sob controle* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 159-248. ISBN 978-85-7798-218-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 3. O REVOLUCIONÁRIO

*Ausente das realidades há tanto tempo,
exilado num mundo de papel,
regressa, minha alma, minha filha,
regressa aos teus começos.
Volta a sentir a miséria dos homens...*
Michelet

A segunda parte da obra se desenvolve a partir da tensão produzida pelas forças desencadeadas na seção anterior. No primeiro terço da narrativa o espaço, os ideais políticos, os temas e a maioria das personagens são apresentados ao leitor. O protagonista Winston Smith revela abertamente a sua inadequação diante da sociedade e coloca em movimento um processo ainda tímido de contestação que o direciona para a crimeia definitiva. Contudo, o crime ideológico só se completa na segunda parte da obra, assim como as transgressões cometidas pela personagem são punidas apenas nos últimos capítulos do texto.

Dessa forma, cada uma das três seções da narrativa apresenta uma tensão que, de forma crescente, acompanha os atos do protagonista.

No chamado Livro II, o comportamento criminoso de Winston assume o primeiro plano e a complexidade dos mecanismos de controle do Partido passa a dividir espaço com a problematização dos aspectos inerentes à revolta do indivíduo. Entretanto, a caracterização da personagem é realizada a partir de elementos cumulativos, de forma que características apresentadas nos capítulos iniciais são retomadas e aprofundadas a fim de constituir o perfil do revolucionário Winston Smith.

Um dos atributos mais marcantes do protagonista é a sua conflituosa relação com o passado e com o presente. A personagem se mostra presa entre um passado nebuloso reconstruído esparsamente por suas memórias, e um presente hostil que controla e reescreve o próprio passado. Dentre as lembranças que Winston tenta recuperar integralmente, aquela que parece persegui-lo com mais insistência é a imagem da mãe segurando o corpo quase sem vida de sua irmã. A carga emocional vinculada a essa memória invade os sonhos de Winston e produz nele um intenso sentimento de culpa pela morte de ambas.

Ainda que a personagem esteja ciente de que sua família desaparecera em um dos grandes expurgos ocorridos entre as décadas de 1950 e 1960⁵⁶, ele sofre com a sua suposta responsabilidade pelo ocorrido. “A lembrança de sua mãe magoava-lhe o coração porque ela morrera amando-o, em uma época em que ele era criança e egoísta demais para corresponder-lhe” (ORWELL, 2003, p. 32).

É interessante notar que a lembrança do ato de amor e desprendimento da mãe constitui um vínculo com um passado aparentemente perdido e irrecuperável. Tal gesto de sacrifício se mostra impensável no regime do Grande Irmão, atuando também como um dos principais elementos que singularizam o protagonista. A forma pela qual Winston preserva, ainda que de forma não totalmente consciente, essa dolorosa memória acentua o grau de estranhamento da personagem em relação a um presente no qual semelhante prova de amor já não é admissível.

A coisa que agora impressionava Winston de repente era que a morte de sua mãe, quase trinta anos atrás, fora trágica e triste, de um modo que não seria mais possível. Ele percebia que

a tragédia pertencia ao tempo antigo, a uma época em que havia ainda vida privada, amor e amizade, e que os membros de uma família amparavam uns aos outros sem indagar razões [...]. Ele via que tais coisas não mais podiam acontecer. Hoje o que havia era medo, ódio, dor, porém nenhuma dignidade de emoção, nenhuma mágoa profunda ou complexa. (ORWELL, 2003, p. 32).

Entretanto, durante uma sessão de cinema, o protagonista se depara com um gesto de proteção semelhante àquele praticado por sua mãe e igualmente inócuo diante do perigo que ameaça a criança envolvida pelo calor materno. Winston transfere para o seu diário a passagem do filme no qual uma mulher, possivelmente judia, tenta proteger seu filho de projéteis lançados por helicópteros contra um navio de refugiados.

havia uma mulher de meia-idade talvez judia sentada na proa com um menino duns três anos nos braços. garotinho gritando de medo e escondendo a cabeça nos seios dela como querendo se refugiar e mulher pondo os braços em torno dele e consolando apesar de também estar roxa de medo. Todo o tempo cobrindo ele o mais possível como se os braços pudessem protegê-lo das balas. (ORWELL, 2003, p. 11).

A semelhança entre o evento recuperado pela memória da personagem e a cena cinematográfica é muito grande para ser desconsiderada. A ineficiência do amor materno diante da brutalidade e do ódio nas duas situações parece servir como um sinal da mudança dos tempos e da dissolução de uma série de conceitos relegados a um passado quase totalmente esquecido. Curiosamente, Winston não percebe imediatamente a relação cabível entre os seus sonhos e a imagem projetada na tela, mas o impacto proporcionado pelo episódio fica aparente diante da inclusão frenética do ocorrido nas folhas do diário proibido. Apenas alguns meses depois, quando o sonho torna a assombrá-lo, Winston estabelece relações mais íntegras entre os detalhes de seu passado e as chocantes imagens do filme. “O sonho também incluía – com efeito, de certo modo consistira nisso – um gesto de braço feito por sua mãe, e repetido trinta anos mais tarde pela judia que vira no cinema tentando proteger o filhinho contra as balas” (ORWELL, 2003, p. 155).

As recordações do protagonista demonstram que o seu egoísmo infantil causara o enfraquecimento físico das mulheres da família, uma vez que, diante de suas incessantes exigências por maiores porções de alimento, a mãe se obrigara a dividir de forma desigual a pouca comida restante para ela e seus dois filhos. A articulação dolorosa dessa ponte entre o passado remoto e a crueldade do presente acaba, ao contrário do que se poderia pensar, libertando o protagonista da culpa que por anos o perseguira. Ao perceber os sentimentos envolvidos na proteção materna, a personagem se depara com conceitos de amor e perdão incondicionais que são arbitrariamente proibidas pelo Partido.

Quando se ama alguém, ama-se, e quando não se tem mais nada para lhe dar, ainda se lhe dá amor. Acabado o chocolate, a mãe agarrara a menina. Era inútil, não adiantava nada, não evitava nem a morte da menina nem a sua; mas parecia natural fazê-lo. A refugiada do navio também cobrira o menininho com o braço, que não era mais defesa contra as balas do que uma folha de papel. (ORWELL, 2003, p. 159).

Assim, Winston compreende que a verdadeira culpa pelo assassinato de sua família pertence àqueles que, ao assumir o poder, baniram da sociedade oceânica os valores representados pela figura materna. Como afirma Christopher Small,

Refletindo sobre o sonho, no qual fontes quase secas de sentimento foram tocadas, ele percebe como o gesto de amor e perdão de sua mãe, assim como o da mãe judia na terrível cena do filme, transcende inteiramente circunstâncias materiais [...]. Podendo inclusive, ainda que ele não levasse o pensamento tão longe, ser mais forte do que a morte⁵⁷. (SMALL, 1975, p. 159).

A problemática relação do protagonista com o passado e o presente, exemplificada pelos eventos descritos acima, funciona como um dos motivos que desencadeiam o seu movimento de contestação. A criminosa preservação de memórias é agravada pelo desejo de conhecer os caminhos políticos e sociais que deram origem à sociedade dominada do Grande Irmão. Assim, Winston dá início a sua busca no único

lugar possível de conseguir algumas respostas para as diversas perguntas que o intrigam: o bairro dos proles. Essas incursões proibidas possibilitam toda uma série de experiências que delineiam o progressivo caminho do protagonista em direção à concretização material da crimideia. No bairro proletário, a personagem adquire o diário em que registra seus pensamentos, o peso de papel que simboliza a sua frágil utopia social e aluga o pequeno quarto onde, por um curto espaço de tempo, o sonho idílico de Winston se concretiza.

Diante dos aspectos apontados, podemos reafirmar que Winston Smith é um indivíduo encurralado entre dois espaços temporais que lhe parecem igualmente estranhos, ou seja, o quebra-cabeça de um passado nebuloso e a inadequação de um presente desprovido de traços básicos de humanidade. A personagem não consegue ultrapassar o abismo que separa essas duas realidades, caminhando continuamente por entre destroços disformes e mentiras artificiais que compõem a sociedade histórica de 1984.

Entretanto, a personagem também reflete sobre o futuro e idealiza um tempo no qual os indivíduos estariam livres das garras do Partido e da sombra do Grande Irmão. Essa perspectiva otimista ganha força à medida que Winston consegue evitar o poderoso sistema de vigilância que o rodeia até o ponto em que ele decide participar ativamente da construção desse futuro, aliando-se à suposta organização de resistência conhecida como a Fraternidade. Sob certos aspectos, esse posicionamento cria na personagem uma segunda faceta de utopista que, ao contrário da anterior – essencialmente escapista e representada pela reclusão de Winston e Júlia no pequeno quarto do bairro proletário – se caracteriza pela prospecção e pela posterior ação efetiva no intuito de realizar a desejada transformação social.

Ao longo da leitura de seus diversos ensaios, é possível notar que George Orwell transportou muito de sua personalidade para o protagonista de sua última e mais famosa obra. O escritor foi um homem perseguido por um passado conturbado e marcado, indelevelmente, por uma infância solitária e violenta. Os traumas referentes a esse período só foram enfrentados quando, muitos anos depois, o autor escreveu o ensaio “Such, Such Were the Joys”, publicado postumamente.

Concomitantemente, o momento presente sempre incomodou Orwell e o incitou tanto a criticar duramente diversos aspectos da

sociedade quanto a participar ativamente de movimentos que buscavam uma nova realidade social. O romancista tentou compreender analiticamente as tendências sociopolíticas que marcaram a sua época e, ainda perseguido pelos traços de misantropia que sempre o acompanharam, procurou refletir sobre o próprio ser humano em sua realidade social.

Além disso, o autor tentou vislumbrar o futuro e o resultado dessa visão é o romance ao qual nos dedicamos nesta obra. Impregnado do pessimismo de uma década turbulenta e pela gravidade da doença que o acompanhara por longos anos, Orwell construiu a sua projeção de um futuro teoricamente realizável que, ao contrário daquela idealizada por Winston, é perturbadora e aterrorizante. Uma explicação aceitável da presença de ideais utópicos dentro da distopia orwelliana se baseia na sátira que percorre todo o texto: como forma de satirizar a validade da utopia como projeto de renovação social, o autor insere as idealizações inócuas do protagonista, irremediavelmente fadadas ao fracasso. Outra possibilidade se vincula a uma aproximação ainda maior do autor e da personagem. A frustração de Orwell como ativista socialista na Espanha e a indignação com o poder alcançado pelos governos totalitários na primeira metade do século XX podem ser vistas como agentes preponderantes na formação de um ceticismo arraigado em relação aos projetos utópicos. Dessa forma, a derrota final de Winston representa o fracasso do próprio autor e dos valores por ele defendidos durante sua vida, ou ainda, em outros termos, a inevitável derrota das utopias. Segundo essa perspectiva, o prévio conhecimento da biografia do escritor inglês antecipa o trágico desfecho da trajetória do protagonista de *1984*.

Na distopia de Orwell, o herói não faz parte da ação, mas constitui a própria ação, de forma que todos os acontecimentos só podem ser apresentados por meio de um ponto de vista particular, ou seja, como experiência direta. Tal aspecto, aliado aos elementos pessoais utilizados pelo autor na concepção do protagonista, suscita renovado interesse na trajetória da personagem e nos pensamentos que ele compartilha com o leitor.

A consequência desse método narrativo é a junção de uma visão subjetiva e de uma visão política em relação à sociedade. Em *1984*, a política condiciona todos os pontos de vista e domina todos os espaços, de forma que a sociedade não é apenas objeto de observação do protagonista, mas também a rede de relações na qual ele está preso e contra a qual ele direciona a sua revolta.

A subjetividade então retorna como vingança, tanto no sentido que o centro da consciência na história, a mente de Winston Smith, está totalmente dentro da situação, está realmente presa nela, quanto na implicação de que os motivos pessoais não são diferentes e, no final, não podem ser afastados daqueles que governam a vida pública⁵⁸. (SMALL, 1975, p. 141).

Assim, a experiência pessoal é sempre uma ação política na distopia. Consequentemente, a batalha política pode ser desenvolvida pela realização de pequenos atos, pela valorização de certos sentimentos e pela negação da uniformidade que impera no meio social. Se na obra de Orwell todo o sistema de controle se destina à normalização do indivíduo, é coerente afirmar que toda ação promovida pelos sujeitos se reflete na estrutura social totalitária, redundando em uma necessidade de renovação e aprimoramento dos reguladores sociais, uma vez que, como previne Michel Foucault, o poder nunca é exercido de forma unilateral. E é justamente nesse nível de atuação que se inicia a revolução solitária de Winston Smith.

Os atos privados de Winston são diretamente relacionados ao Estado que os proíbe; eles são secretamente deflagrados não por si mesmos, mas porque eles são meios de rebelião. O livro é sobre política, uma vez que toda a sua significativa ação é trazida para a área de interesse público, e que foi escrito com o que, no mínimo, parecia ser um propósito político claro. A obra também é intensamente pessoal e o pessoal combina com o político, ao mostrar não apenas como a política exige que a tirania absoluta invada cada canto da vida, mas também a política vista, no sentido literal, de dentro, como um reflexo do estado da mente⁵⁹. (SMALL, 1975, p. 142).

Alguns críticos literários, dentre eles o próprio Christopher Small, atentam para a possibilidade de que a trajetória de Winston ao longo da obra possa ser caracterizada como um sofrido retorno ao lar. “1984 é a história da volta ao lar de Winston; mas, na verdade, percebemos que o destino dele já fora decidido bem antes”⁶⁰ (SMALL, 1975, p. 138). Segundo essa análise, o sentimento de inadequação e o movimento

revolucionário do protagonista caracterizam um processo de re-inclusão da personagem na estabilidade social da Oceania. Uma vez concluída a readaptação, o conflito de Winston com o passado, com o presente e com os desígnios do Grande Irmão cessa de existir. Dessa forma, o protagonista reencontra a felicidade na inconsciência que tanto evitara e na imagem que tanto odiara. “Oh, teimoso e voluntário exílio do peito amantíssimo” (ORWELL, 2003, p. 285).

Indubitavelmente, essa abordagem acrescenta aspectos interessantes às discussões sobre a obra de Orwell. Entretanto, é preciso reconhecer que tal perspectiva desconsidera, até certo ponto, a motivação que cerca os atos da personagem e a individualidade que a define. É verdade que muitas das respostas buscadas por Winston são encontradas apenas nos corredores do Ministério da Verdade. Porém, a caracterização da derrota do protagonista enquanto revolucionário como o resultado de uma procura pela reintegração social parece amenizar equivocadamente a violência do processo como um todo, bem como os mecanismos disciplinadores do regime distópico. O protagonista não é um desajustado inserido em uma estrutura modelar utópica, mas um indivíduo comum que tenta se opor às arbitrariedades de um sistema dominador. As reflexões que encerram a obra não são uma demonstração de felicidade, mas a prova da fragilidade da personagem diante do meticuloso aparato de controle e de manipulação dirigido pelo Partido.

O desfecho do levante de Winston contra o Ingsoc e seus princípios será discutido em seção posterior, de forma que, antes de nos concentrarmos no epílogo da trajetória da personagem, desejamos detê-nos em alguns aspectos importantes que compõem a jornada do protagonista em direção à sala 101.

Já no início da narrativa, uma importante informação é fornecida ao leitor. “Era um dia frio e ensolarado de abril, e os relógios batiam treze horas” (ORWELL, 2003, p. 5). O início da primavera como símbolo de renovação e renascimento é motivo recorrente na literatura inglesa desde os *Contos da Cantuária* de Geoffrey Chaucer. O espetáculo da natureza desperta em Orwell sentimentos contraditórios: uma profunda nostalgia e uma inocente esperança. Acima de tudo, esse período traz ao escritor a certeza de que certas coisas não podem ser controladas e manipuladas. Em seu poético ensaio “Some Thoughts on the Common Toad”, Orwell analisa as implicações das mudanças naturais que ocorrem no mês de abril.

Desde que você não esteja doente, faminto, com medo ou sob custódia em uma prisão ou campo de concentração, a primavera ainda é a primavera. As bombas atômicas são empilhadas nas fábricas, a polícia se esgueirando pelas cidades, as mentiras estão fluindo pelos autofalantes, mas a Terra continua girando em torno do Sol, e nem os ditadores ou burocratas, não obstante desaprovem profundamente o processo, são capazes de impedi-lo⁶¹. (ORWELL, 1946 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 144-145, 1968).

Em 1984, entretanto, as condições colocadas pelo autor no início da citação não são atendidas. Ainda que a primavera esteja florescendo na introdução do espaço ficcional, Winston Smith está doente, faminto, assustado e mantido como prisioneiro de um regime, cujas características lembram um campo de concentração. Como afirma Small, “ao chegarmos a 1984 e sua poderosa sentença inicial, fica claro que abril é o mês mais cruel”⁶² (SMALL, 1975, p. 145). Nesse contexto, o poder renovador da primavera parece perder força, uma vez que as alterações da paisagem pouco significam diante da estagnação da sociedade. Além disso, a aparente hostilidade do clima, somada ao desolador panorama de uma cidade em ruínas, oprime a esperança e vergasta o corpo.

Ainda assim, a estação marca o início de uma nova etapa na vida do protagonista. Se a renovação característica da época não é verificada no nível da macroestrutura social, a transformação do indivíduo é deflagrada justamente durante a primavera. E, ainda que ludicamente, torna-se possível cultivar um pouco de esperança. Na mesma tarde em que Winston tenta se esquivar da ventania poeirenta que o acompanha até a entrada de seu prédio, a personagem rabisca as primeiras palavras nas folhas virgens do diário e inicia uma jornada sem volta pelas trilhas tortuosas da revolta social. “Molhou a pena na tinta e hesitou por um segundo. Um temor lhe agitara as tripas. Marcar o papel era um ato decisivo” (ORWELL, 2003, p. 10).

Quando, após cerca de um ano, a primavera retorna à Oceania, o ciclo desenvolvido pelo protagonista está finalmente encerrado. Winston passa cerca de quatro meses no seu idílio amoroso com Júlia e outros nove, o tempo de gestação de uma nova vida, no Ministério do Amor. Desse longo período de batalhas secretas, vitórias e derrotas, um novo indivíduo surge e uma nova jornada é iniciada.

O filho pródigo é reconduzido ao meio social e reajustado de acordo com os princípios de uma figura paterna extremamente severa e vigilante. E nesse sentido, a primavera novamente sinaliza o início de um novo tempo, pelo menos no que se refere à realidade subjetiva de Winston. O sujeito foi transformado ao longo do tempo enquanto o espaço que o circunda permaneceu intocado.

Sob esse ponto de vista, a reflexão de Orwell citada há pouco pode ser considerada invertida dentro do texto distópico. Na Oceania, não é a primavera que transcorre alheia à vontade dos ditadores, mas os governantes que mantêm os seus governos ditatoriais a despeito do movimento das estações.

Assim, podemos entender o início da segunda seção da obra como o princípio do fim. Ainda que a manutenção do diário constitua um ato criminoso, Winston poderia tê-lo abandonado ou destruído. Porém, quando a personagem incursiona no bairro proletário em busca do passado que lhe é negado e aceita o amor de Júlia, dá os passos decisivos rumo à destruição de sua própria consciência.

É interessante notar o dualismo que permeia a mente do protagonista. Desde as primeiras letras desenhadas no diário, Winston reconhece a iminência de sua captura e punição. “Ele já estava morto, refletiu. Pareceu-lhe que só agora, depois de começar a formular as ideias, dera o passo decisivo. As consequências de cada ato são incluídas no próprio ato” (ORWELL, 2003, p. 29). Entretanto, à medida que sua conduta permanece supostamente despercebida, a personagem alimenta um profundo desejo de estender a sua sobrevivência ao máximo e prosseguir com as pequenas atitudes que definem a sua revolta. “Agora que se reconhecia como defunto, tornava-se importante ficar vivo o mais tempo possível” (ORWELL, 2003, p. 29).

Dessa forma, fica claro que o protagonista não tem ilusões sobre as suas possibilidades de escapar da Polícia do Pensamento. Similarmente, conforme a leitura progride, o leitor tampouco duvida do destino reservado à personagem. Contudo, tanto Winston quanto aquele que acompanha as suas ações preservam um resquício de esperança em relação ao desenrolar dos acontecimentos. Possivelmente, se tal sentimento não existisse, a personagem não concretizaria a crimideia e o leitor não prosseguiria na leitura. Consequentemente, a certeza de um desfecho trágico se mistura com a esperança de que tal evento nunca venha a

realizar-se. Nesse sentido, duas ideias contrárias coexistem, exemplificando, interna e externamente à obra, a própria teoria do duplipensar.

Em relação à caracterização do protagonista como herói, Winston parece se distanciar do arquétipo comumente aceito, ou seja, um indivíduo dotado de um caráter e de habilidades incomparáveis, que por meio de seus atos grava o seu nome em uma determinada época. Como salienta Walter Umminger,

A história não tem consideração pelo comum dos mortais, ama e preza os ambiciosos que alcançam o impossível. No relato dos grandes acontecimentos internacionais, apresenta, antes de tudo, a contribuição daqueles cujas realizações superaram o comum: são os heróis, os deuses, os super-homens. (UMMINGER, 1968, p. 7).

Diante dessa reflexão, percebemos que o protagonista de *1984* não se enquadra nas características apontadas pelo autor. Winston se lança em sua batalha pessoal contra o Partido em nome de sua própria individualidade e liberdade de pensamento, sendo que suas atitudes não representam o desejo da coletividade oceânica, mas os valores aceitos pelos leitores no universo externo ao texto. Para a maioria da população da Oceania, os ideocriminosos devem ser inescrupulosamente perseguidos e julgados, uma vez que ameaçam a estabilidade social. Além disso, a derrocada final da personagem não acarreta qualquer tipo de mudança estrutural na sociedade ficcional e nem ao menos serve como exemplo inspirador para outros. Em termos específicos, o Ingsoc reserva punições alternativas para o protagonista: o esquecimento, a readequação e a insignificância de sua própria existência. Daí decorre o conceito de antimártir sobre o qual discorreremos na última seção deste capítulo.

Assim, a análise do papel do herói na distopia de Orwell parece ser mais coerente com a teoria defendida por Sidney Hook, segundo a qual o autor afirma tentar “fazer justiça à crença geral de que um herói é grande não somente em virtude do que ele faz, mas em virtude do que ele é” (HOOK, 1962, p. 29). George Orwell traz essa concepção para o universo totalitário onde a “crença” é transformada em poder exercido na forma de julgamento, experiência em grande parte transferida da vida do autor para as celas do Ministério do Amor. Como salienta Christopher Small, “na Índia Imperial e na escola, aquelas imitações menores de um

poder divino, Orwell aprendeu há muito tempo que você não é julgado pelo que você faz, mas pelo que você é”⁶³ (SMALL, 1975, p. 165).

Ainda que a revolução solitária de Winston se revele infrutífera, os conceitos defendidos pela personagem e os valores que impulsionam a sua revolta não devem ser desconsiderados. Se aos cidadãos da Oceania os seus atos pouco representam, para os leitores, a imagem do protagonista se contrapõe ao pesadelo totalitário da sociedade distópica, de forma que, se algo da jornada de Winston permanece neles após o desfecho da obra, certamente um conceito não tradicional de heroísmo se destaca.

Tal afirmação reforça a ligação estabelecida entre a personagem e o leitor. Esse fortalecimento decorre da pertinência dos ideais defendidos por Winston, além da simplicidade que Orwell imprime à caracterização da personagem. Dessa forma, podemos incluir outra linha de reflexão em torno do papel do herói, especialmente na tragédia. Para o escritor Joseph Conrad, a concepção da personagem heroica deve privilegiar os aspectos miméticos envolvidos na criação:

O herói trágico é um de nós. Ele não é necessariamente virtuoso, necessariamente livre de profunda culpa. O que ele é é um homem que nos lembra fortemente de nossa humanidade, que pode ser aceito como nosso representante⁶⁴. (CONRAD apud LEECH, 1970, p. 42).

Nesse contexto, Winston Smith representa a essência humana sendo controlada por uma organização social que, ainda que organizada por indivíduos, despreza diferentes valores humanos. Assim, os leitores se identificam com o protagonista e se unem a sua batalha. Essa empatia faz com que a destruição da personagem seja mais do que a aniquilação de um mero sujeito, mas um ataque direto aos ideais por ele representados. Reside nesse aspecto parte considerável do impacto da distopia de Orwell. Segundo Vincent Jouve, o processo de identificação é um dos elementos primordiais da teoria de recepção dos textos ficcionais. O autor salienta que

As emoções estão na base do princípio de identificação, motor essencial da leitura de ficção. É porque elas provocam em nós admiração, piedade, riso ou simpatia que as personagens

romanescas despertam o nosso interesse [...]. O papel das emoções no ato de leitura é fácil de se entender: prender-se a uma personagem é interessar-se pelo que lhe acontece, isto é, pela narrativa que a coloca em cena. (JOUVE, 2002, p. 19, 20).

Duas emoções podem ser apontadas como as principais características emocionais de Winston: o medo e o ódio. Como afirma Small, “Winston Smith é dominado pelo medo desde o início, e o ódio, que é o seu único recurso contra o medo, mostra-se bastante inadequado: ainda que medo e ódio se completem, parece que o medo é o mais forte e o mais antigo dos dois”⁶⁵ (SMALL, 1975, p. 147). Esses sentimentos se alternam ao longo de todo o texto, de forma que o conflito externo entre indivíduo e sociedade é representado internamente pela confluência do terror e da fúria. E ambos serão apenas confrontados e normalizados pelo protagonista durante o longo período de tortura comandado por O’ Brien no final da narrativa. Antes de voltar à sociedade, o ódio precisa ser redirecionado e suplantado pelo medo para que, dessa forma, o controle possa ser definitivamente restabelecido.

Winston tem duas prioridades que guiam as suas atitudes: primeiramente, é obcecado pelo desvendamento das verdades que se escondem sob as palavras de ordem do Partido. Em segundo plano, a impessoalidade que impera no meio social e o severo código que regula as relações conjugais deixam o protagonista completamente frustrado em termos afetivos. Isso faz com que Winston dirija grande parte de seu ódio às mulheres, ainda que suas visitas aos prostíbulos proletários indiquem uma carência física e emocional aguda.

A sua história é relacionada com Verdade e Amor, as duas grandes abstrações centrais cujas formas externas, representadas nos enormes quartéis-generais dos ministérios que se erguem sobre a cidade dos homens, estão diante de seus olhos, mas das quais ele é profundamente alienado⁶⁶. (SMALL, 1975, p. 149).

A internalização final desses conceitos se dá no subsolo da cidade e sob os auspícios de O’ Brien. Porém, antes que a aprendizagem se realize pela dor, Winston tenta “criminosamente” encontrar o seu próprio caminho para a verdade e o amor, representados, respectivamente, pela

reconstrução da história e pelo caso amoroso com Júlia, que constituem os próximos assuntos a serem discutidos.

3.1. A RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA

Como mostramos anteriormente, a busca de Winston pelo desvendamento das circunstâncias históricas é similar ao desafio de montar um quebra-cabeça em que faltam várias peças, uma vez que as fontes disponíveis para tal tarefa são notadamente insuficientes e pouco esclarecedoras. Se, por um lado, a memória, incluindo a do próprio protagonista, se mostra como um instrumento inconstante e inseguro para a recuperação dos fatos, por outro, o mecanismo de alteração contínua do passado impossibilita a verificação de dados por meio dos veículos de informação. Dessa forma, a tarefa assumida pela personagem não constitui apenas uma atividade de profundo risco diante de seu caráter heterodoxo, mas também um trabalho extremamente difícil de ser realizado.

O grau de dificuldade encontrado pelo protagonista é reforçado pela passividade da população oceânica diante do constante processo de rearticulação dos registros históricos e da memória coletiva que comumente singulariza qualquer sociedade. Assim, a indiferença alimenta o próprio processo e redundando em uma normalização ainda mais eficiente do corpo e da mente dos indivíduos. Para Jean Baudrillard,

Este é o mais significativo evento nessas sociedades: a emergência, no exato curso da mobilização e do processo revolucionário (elas são todas revolucionárias pelos padrões dos últimos séculos), de uma força de inércia equivalente, de uma imensa indiferença, e a potência silenciosa dessa indiferença⁶⁷. (BAUDRILLARD, 1994, p. 3).

A potência à qual o autor se refere tem implicações diretas na esfera da política e da análise social. O desinteresse pelos rumos políticos e pelos dispositivos utilizados pelos Estados na regulamentação das sociedades deixa o caminho aberto para a ascensão e a solidificação dos governos totalitários. Tal diagnóstico se mostra pertinente tanto em relação à gênese do regime em *1984*, quanto no mundo experimental, objeto da análise de Baudrillard. “Os eventos políticos já carecem de

suficiente energia própria para nos mover: então eles se prosseguem como um filme mudo sobre o qual nós carregamos uma irresponsabilidade coletiva”⁶⁸ (BAUDRILLARD, 1994, p. 4).

Obviamente, outros fatores são essenciais na transposição desse quadro para o universo ficcional figurado por Orwell. A inconsciência política que impera na Oceania está baseada em uma série de mecanismos que se complementam e formam um quadro peculiar que enfatiza o caráter distópico da obra. Por exemplo, o duplipensar é uma ferramenta primordial para o controle da história e a alteração do passado é um agente essencial na disseminação da alienação. Em *1984*, a única participação política aceitável se dá por meio da ortodoxia fanática exigida pelo Partido e assumida pelos cidadãos e, em consequência, tudo se transforma em um ato político em potencial.

Ao tentar quebrar individualmente a barreira que separa os sujeitos de seu passado e moldar a realidade no presente, Winston desfere um golpe na ideologia normalizadora do Ingsoc que, assim como todos os crimes previstos pelo Estado, é um ato revolucionário de consciência política e social. Baudrillard salienta que, “cruzar o limiar da massa crítica, onde populações, eventos e informações são pertinentes, deflagra o processo oposto da inércia histórica e política”⁶⁹ (BAUDRILLARD, 1994, p. 4).

Desde o início da narrativa o protagonista percebe as limitações de sua memória para o desvendamento dos eventos ocorridos a partir de sua infância. As lembranças se misturam com os recorrentes sonhos de Winston, formando um conjunto disforme de dados, em que os limites da realidade são quase indefiníveis. “Não acreditava ter ouvido a palavra Ingsoc antes de 1960, mas era provável que na sua forma antiga, em Anticlíngua – “Socialismo Inglês” – fosse corrente antes daquele ano. Tudo se fundia na névoa” (ORWELL, 2003, p. 36-38).

É preciso perceber que o esforço da personagem em desvendar os detalhes perdidos de seu passado constitui, em termos mais amplos, a procura por sua própria identidade, a qual não pode ser completada sem a elucidação dos mistérios que cercam a sua vida pregressa e obscurecem as suas raízes. Ao perseguir o passado, Winston tenta também encontrar a si mesmo. Como salienta Gilberto Velho: “A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados” (VELHO, 1988, p. 124).

Baudrillard também enfatiza a importância e o dualismo memória-identidade inerente a esse processo:

É porque estamos nos distanciando cada vez mais de nossa história que estamos ávidos por sinais do passado, não, de forma alguma, para ressuscitá-los, mas para preencher o espaço vazio de nossas memórias. Ou talvez o homem, no processo de perda de sua história, seja acometido pela nostalgia de sociedades sem história, percebendo talvez obscuramente que está voltando ao mesmo ponto. Todas essas relíquias que nós invocamos para servir de testemunhas de nossa origem se tornariam então os sinais involuntários de sua perda⁷⁰. (BAUDRILLARD, 1994, p. 74).

Como dissemos anteriormente, a insatisfação com os resultados da busca pela verdade em seu íntimo leva Winston a se dirigir ao único lugar onde respostas podem ser encontradas: o bairro dos proles. Ainda que tal ação não tenha sido completamente premeditada, o desejo por conhecer as verdades escondidas por trás das palavras do Partido gera um impulso irresistível na personagem. “Se ainda restasse vivo alguém capaz de fazer uma descrição verídica das condições na primeira metade do século, só podia ser um prole” (ORWELL, 2003, p. 88). Entretanto, o velho com quem o protagonista dialoga revela um conjunto de recordações ainda mais fragmentado e continuamente suplantado pelo impulso autobiográfico. “A memória do velho não passava de um monturo de pormenores à toa. Poderia interrogá-lo o dia inteiro sem obter nenhum fato genuíno” (ORWELL, 2003, p. 92).

Assim, Winston se vê encurralado entre a historiografia artificial desenvolvida pelo Ministério da Verdade e as informações inconsistentes que ainda podem ser recuperadas por meio da memória. Contudo, essa segunda fonte é contaminada por outros elementos além da severidade do tempo. O condicionamento mental a que todos os membros do Partido estão sujeitos, caracterizado em sua forma prática pelo duplipensar, promove o completo apagamento dos dados desinteressantes ao “bem-estar” do Estado. A profunda falta de referências sociais e afetivas, aliada a um enfraquecimento físico e psicológico, faz com que os sujeitos busquem suas identidades dentro da própria ideologia que os domina. Os esparsos dados fornecidos pelo sistema

correspondem à única forma de identificação e verificação da própria existência dos cidadãos. A afirmação de Baudrillard em relação ao atual posicionamento das pessoas diante do processo histórico fornece um paralelo ao panorama representado em *1984*: “O que nós buscamos agora não é glória mas identidade, não uma ilusão mas, ao contrário, um acúmulo de provas – qualquer coisa que sirva como evidência de uma existência histórica”⁷¹ (BAUDRILLARD, 1994, p. 21).

Tal posicionamento redonda não apenas na aceitação incondicional daquilo que é caracterizado arbitrariamente como a realidade, mas também na execução de tarefas físicas e mentais que garantem a manutenção do poder. Dessa forma, cria-se um círculo perpetuamente renovado no qual os mecanismos totalitários se renovam por meio dos sujeitos aos quais esses mesmos dispositivos se destinam.

Já no caso dos proles, o deliberado sucateamento do sistema educacional e a alienação continuamente alimentada fazem com que os proletários concentrem suas energias no microuniverso que os circunda e percam de vista a macroestrutura social que os oprime.

Lembravam-se de um milhão de coisas inúteis, de uma briga com um colega, a busca de uma bomba de bicicleta, a expressão no rosto de uma irmã falecida, o rodopio da poeira numa manhã de vento, setenta anos atrás: mas todos os fatos relevantes já estavam fora do alcance da sua visão. Eram como a formiga, que pode ver pequenos objetos, mas não enxerga os grandes. E quando a memória falhava, e os registros escritos eram falsificados – era forçoso aceitar a assertiva do Partido de que tinham melhorado as condições da vida humana, porque não existia, nem jamais poderia existir, qualquer padrão de comparação . (ORWELL, 2003, p. 93).

Dessa forma, o sistema totalitário representado na obra logra vitória sobre a memória individual de cada cidadão e fortalece o controle exercido sobre cada um.

“Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. E no entanto o passado, conquanto de natureza alterável, nunca fora

alterado. O que agora era verdade era verdade do sempre ao sempre. Era bem simples. Bastava uma série infinda de vitórias sobre a memória. (ORWELL, 2003, p. 36).

O lema citado acima remonta à reflexão de Hannah Arendt sobre a teoria do totalitarismo, sobre a qual discorre a autora Margaret Canovan.

A ideologia complementa o terror ao eliminar a capacidade individual de pensamento e de experiência entre os próprios executores, unindo-os ao movimento unificado de destruição. Ideologias – teorias pseudo-científicas que ilusoriamente parecem dar suporte à história – dão aos seus seguidores a completa explicação do passado, o total conhecimento do presente e uma confiável previsão do futuro⁷². (CANOVAN apud ARENDT, 2000, p. 27-28).

A manipulação e a imposição de uma verdade histórica específica são apontadas por Michel Foucault como elementos característicos dos regimes totalitários e também de todas as formas de governos. Diz ele que “a verdade não existe sem o uso de alguma forma de poder. Cada regime cria sua própria verdade e organiza os meios pelos quais sua aceitação é imposta aos membros da sociedade” (FOUCAULT, 1981, p. 12).

Em uma estrutura social distópica em que a imposição de inconstantes verdades não encontra reações contrárias, a mutabilidade do passado não tem limites, seja como suporte das constantes mudanças de perspectivas apresentadas pelo sistema, seja como uma forma de gerar novos dispositivos controladores. Dessa forma, não só o fluxo dos acontecimentos é tendenciosamente direcionado, mas também o passado é reestruturado de maneira a atribuir aos atos do Partido um inabalável grau de coerência e justiça. Jean Baudrillard aponta um fenômeno similar em desenvolvimento no final do século XX:

Se existe alguma coisa distintiva em relação a um evento – em relação ao que constitui um evento e, consequentemente, tem valor histórico – é o fato de que ele é irreversível, de que há sempre algo que excede significado e interpretação. Mas é precisamente o oposto que nós estamos vendo atualmente: tudo o

que aconteceu nesse século em termos de progresso, liberação, revolução e violência está sendo revisto para parecer melhor⁷³. (BAUDRILLARD, 1994, p. 13).

Desse modo, o regime do Grande Irmão consegue, por meio de um aparato técnico especializado, congelar a história e transformá-la em uma propaganda contínua em favor do Estado. Nesse sentido, tanto o passado quanto o presente são arbitrariamente moldados, artificializando o desenvolvimento histórico. Robert C. Elliot afirma que o desejo de imobilizar o processo histórico é inerente ao próprio conceito da utopia. Para o autor, os utopistas, ao idealizarem uma sociedade perfeita, desejam que o modelo ultrapasse a transitoriedade de outros sistemas e atinja um ponto no qual a imobilidade histórica seja uma das principais características. “Os planejadores utópicos têm tentado aproximar essa condição, objetivando uma perfeição estática que controlaria as vicissitudes da história e, em certa medida, aquelas do tempo”⁷⁴ (ELLIOT, 1970, p. 9).

Elliot também afirma que essa característica da literatura utópica é um dos pontos comumente criticados pelos opositores das formas de idealização social. “A tentativa dos escritores utópicos de congelar a história – a luta da utopia contra a história – suscitou sérias críticas sobre todo projeto utópico; mas essa tentativa tem sido apenas um dos caminhos que os homens utilizam para chegar à condição de um paraíso imaginário na terra”⁷⁵ (ELLIOT, 1970, p. 10).

Sob esse ponto de vista, a obra de Orwell apresenta outra faceta satírica em relação às utopias positivas: o sucesso do governo oceânico em interromper o fluxo da história. Na distopia orwelliana, a imobilidade final é alcançada e, sob o pano de fundo do totalitarismo, criticada de forma veemente. O próprio Winston Smith atenta para esse aspecto:

Todos os registros foram destruídos ou falsificados, todo livro reescrito, todo quadro repintado, toda estátua, rua e edifício rebatizados, toda data alterada. E o processo continua, dia a dia, minuto a minuto. A história parou. Nada existe, exceto um presente sem-fim no qual o Partido tem sempre razão. Eu sei, naturalmente, que o passado é falsificado, mas jamais me seria possível prová-lo, mesmo sendo eu o autor da falsificação. (ORWELL, 2003, p. 150).

Ao caracterizarmos esse processo de manipulação histórica, utilizamos anteriormente o termo “reconstrução”. Tal definição se refere ao produto final da recorrente intervenção institucional no discurso histórico, sendo que, em termos práticos, o que ocorre é uma reescrita dos dados pertinentes a um determinado evento e uma adaptação das respectivas fontes. Assim, a reconstrução do passado em 1984 se realiza por meio da permanente reorganização de todos os registros possíveis, de maneira que nada reste ao indivíduo além de sua memória, que, por sua vez, é sumariamente contaminada pelo duplipensar e desconectada da realidade palpável pela alienação em que cada sujeito se encontra mergulhado. Procedimento semelhante é nomeado por Baudrillard com o termo *deterrence*⁷⁶ e definido como a prática por meio da qual algo deixa de acontecer.

[*Deterrence*] remove toda a certeza sobre fatos e evidências. Desestabiliza a memória da mesma forma que desestabiliza os prognósticos [...]. Porque o passado só pode ser representado e refletido se ele nos empurra para outra direção, rumo a algum tipo de futuro. Retrospecção depende de uma prospecção que nos torna capazes de nos referir a alguma coisa como passada e acabada e, conseqüentemente, como tendo realmente ocorrido⁷⁷. (BAUDRILLARD, 1994, p. 17, 20).

Desse modo, a história se torna um instrumento de sustentação de poder embasado pela materialidade dos dados manipulados ao bel-prazer pelo Partido. Como afirma Linda Hutcheon, “o passado realmente existiu, mas hoje só podemos conhecer esse passado por meio de seus textos” (HUTCHEON, 1988, p. 168). Comparemos essa citação com uma pequena passagem da obra que reconstitui um dos diversos diálogos entre Winston e O’ Brien:

- O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos onde o passado ainda acontece?
- Não.
- Então onde é que existe o passado, se é que existe?
- Nos registros. Está escrito.

- Nos registros. E em que mais?
- Na memória. Na memória dos homens.
- Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros e todas as memórias. Nesse caso, controlamos o passado, não é verdade? (ORWELL, 2003, p. 237).

É importante salientar a complexidade do organismo responsável pela alteração contínua dos textos que apresentam algum tipo de valor histórico. O Departamento de Registro, uma das inúmeras subseções do imenso Ministério da Verdade e local de trabalho de Winston, é responsável especificamente pela produção e reprodução de fatos e relatos que compõem a história artificialmente construída na sociedade do Grande Irmão. Por meio dessa instituição, cria-se um passado verificável pelos seus documentos, o qual projeta no presente um conjunto de verdades dogmáticas e, paradoxalmente, transitórias. A verdade sancionada pelo Partido não perdura por muito tempo, sendo logo substituída por outra, igualmente verificável, que melhor atende às necessidades e aos objetivos do Estado, em um processo no qual a ficção se sobrepõe à ficção, transformando as noções de passado, presente e futuro em algo fluido e efêmero. A história é metaficcionalizada. Dessa forma, o autor promove uma crítica contundente ao positivismo histórico, desmitificando a idealização de um discurso totalmente imparcial e dissolvendo as barreiras entre historiografia e criação imaginativa por meio de uma radicalização da influência de aspectos externos na análise dos acontecimentos.

Dia a dia e quase minuto a minuto o passado era atualizado. Desta forma, era possível demonstrar, com prova documental, a correção de todas as profecias do Partido; jamais continuava no arquivo uma notícia, artigo ou opinião que entrasse em conflito com as necessidades do momento. Toda a história era um palimpsesto, raspado e reescrito tantas vezes quantas fosse necessário. Em nenhum caso seria possível, uma vez feita a operação, provar qualquer fraude. (ORWELL, 2003, p. 41).

Além disso, a estrutura destinada à tarefa de atender aos desejos do Ingsoc impressiona pela sua magnitude e pelo grau de eficiência no desenvolvimento de suas funções. Tais características surpreendem o

próprio protagonista que, diante da enormidade do aparato técnico e humano utilizado no processo de recriação do passado, sente toda a sua insignificância e impotência como indivíduo.

Aquele corredor, com cerca de cinquenta funcionários, era apenas uma subseção, uma simples célula, podia-se dizer, da enorme complexidade do Departamento de Registro. Para cima, para baixo, para os lados, havia outros enxames de servidores executando uma inimaginável multidão de tarefas [...]. E funcionando anonimamente não se sabia como, nem onde, ficava o cérebro orientador, que coordenava todo o trabalho e fixava diretrizes, mandando conservar este ou aquele fragmento do passado, falsificar outro, e eliminar completamente aquele outro. (ORWELL, 2003, p. 44).

Ainda que o trabalho seja desenvolvido por inúmeros membros do Partido, a distância propositadamente mantida entre eles reconstitui o isolamento a que todos os indivíduos estão sujeitos em todas as instâncias da sociedade. Assim, o grau de responsabilidade envolvido nas tarefas diárias, desde o recebimento dos textos a serem alterados até o derradeiro descarte desses documentos em um tubo ironicamente apelidado de “buraco da memória”, se concentra sobre cada indivíduo, o que facilita a monitoração e a correção das atividades desenvolvidas. Ao mesmo tempo, a importância do serviço realizado por essa linha de montagem historiográfica é grande demais para ser confiada a um único sujeito.

Trabalho tão delicado não devia nunca ser confiado a uma só pessoa; por outro lado, entregá-lo a um comitê seria admitir abertamente a falsificação. O mais provável era que umas doze pessoas estivessem trabalhando em versões diferentes do que na verdade dissera o Grande Irmão. Mais tarde, algum cérebro privilegiado do Partido Interno escolheria esta ou aquela versão, retoca-la-ia em alguns pontos e daria início aos complicados processos de referência cruzada necessários, e daí a mentira selecionada passaria aos anais permanentes, tornando-se verdade. (ORWELL, 2003, p. 46).

Dessa forma, o controle é exercido simultaneamente de forma individual e coletiva e o Partido tem a possibilidade de produzir um saber específico com o objetivo de especializar ainda mais a reconstrução da história. O espaço distópico é definido por um sistema controlador que se estende por todas as brechas possíveis do corpo social.

Entretanto, o espaço de trabalho e a racionalização disciplinar não são os únicos elementos importantes a serem apreendidos do mecanismo de reescrita dos registros históricos. Por meio dessa criação distópica, George Orwell se inclui em uma tradição de discussões problematizadoras dos próprios limites entre fato e ficção. Desde a teoria aristotélica, aspectos inerentes tanto ao texto histórico quanto ao texto ficcional, como a linguagem e o ponto de vista autoral, têm servido como base para teorizações que visam ora delimitar objetivamente os campos da história e da literatura, ora amalgamar as duas perspectivas no processo de registro e desvendamento do passado. Hayden White lembra que

Antes da Revolução Francesa, a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária [...]. O século XVIII foi fértil em obras que distinguem entre, de um lado, o estudo da história e, de outro, a escrita da história. A escrita era um exercício literário, especificamente retórico, e o produto desse exercício devia ser avaliado tanto segundo princípios literários quanto científicos. (WHITE, 2001, p. 139).

Após esse período, a procura por um cientificismo histórico suscitou um contínuo debate entre representantes da historiografia e da literatura, a partir do qual muitos autores buscaram relativizar as fronteiras erguidas entre as duas formas de discurso. Robert Scholes, por exemplo, critica a exclusão das narrativas ficcionais na construção do conhecimento histórico comumente visto como íntegro e uniforme.

Atualmente, a visão de que a ficção não se configura como o oposto do fato, mas como seu complemento, é retomada por teóricos da pós-modernidade que esquematizam os posicionamentos contestatórios surgidos na modernidade e apontam um conjunto de obras emblemáticas desse movimento. Esse processo de reavaliação discursiva é acelerado pelo reconhecimento da existência de “outras histórias” pertinentes

aos estudos historiográficos, o que gerou uma crise dos paradigmas tradicionais dessa área. O próprio termo “fato” começa a perder o seu status absoluto e novas narrativas passam a fazer parte dos estudos sobre o passado. Sobre essas novas possibilidades de estudo, Maria Izilda Matos afirma: “essa expectativa alia-se à pluralidade de possibilidades de olhares sobre o passado – mostrando que este pode ser desvendado a partir de múltiplas questões” (MATOS, 1998, p. 68).

Linda Hutcheon aprofunda ainda mais a questão ao caracterizar as obras literárias como potencialmente desmitificadoras do caráter monolítico e imparcial da ciência histórica. Para a autora, a reconstrução de episódios tidos como factuais exige do historiador não apenas um uso consistente de estruturas formais usualmente relacionadas à escrita artística, mas também a utilização de recursos imaginativos, perspectivas seletivas e mesmo especulativas como instrumentos de acabamento do texto. Isso ocorre, em muitos casos, pela impossibilidade de obtenção de um conjunto íntegro de dados referentes a um determinado evento. Se, por um lado, os registros materiais podem se mostrar insuficientes, deteriorados ou contraditórios, por outro, a memória, em vista de sua natureza imprecisa, não é reconhecida, na maioria dos casos, como prova documental legítima. Dessa maneira, a escrita historiográfica se apresenta a seus autores como um quebra-cabeça a ser decifrado e organizado.

Em *1984*, o protagonista, ao tentar preencher as lacunas que pervadem tanto o seu passado como o de toda a coletividade oceânica, assume uma tarefa de recuperação histórica similar àquela descrita por Hutcheon. Claramente prejudicada pelo regime totalitário que lhe serve de pano de fundo, a busca da personagem pela “verdade dos fatos” transita por um labirinto de fatos adulterados, memórias inconsistentes e fontes altamente comprometidas.

Nesse contexto, parodiam-se as paródias que anteriormente substituíram o passado. A sociedade se torna, então, uma construção sem tempo e sem espaço, o que nos remete à etimologia do próprio termo utopia, isto é, a representação do “lugar nenhum”.

Entretanto, na análise de *1984*, a relevância das perspectivas teóricas sobre historiografia e ficção, brevemente apontadas acima, vão além da simples caracterização da tentativa de Winston em recuperar o passado. Na distopia de George Orwell, dois outros aspectos devem ser analisados sob a luz dessas discussões: o papel da própria obra como

registro histórico em potencial e o peculiar papel desenvolvido pelo protagonista, tanto como membro do Partido quanto como ideocriminoso.

Primeiramente, é preciso salientar que as produções literárias podem ser relacionadas com a historiografia por meio de dois caminhos: o primeiro, de caráter sincrônico ao momento da escrita das obras, se liga a um processo interpretativo da história que serve de base para o desenvolvimento dos textos; o segundo se revela por meio de uma abordagem diacrônica das narrativas, inserindo-as dentro do fluxo histórico dos acontecimentos. H. R. Jauss afirma que

A historicidade da literatura revela-se justamente nos pontos de interseção entre diacronia e sincronia. Deve, portanto, ser igualmente possível tornar apreensível o horizonte literário de determinado momento histórico sob a forma daquele sistema sincrônico com referência ao qual a literatura que emergiu simultaneamente pôde ser diacronicamente recebida segundo relações de não-simultaneidade, e a obra percebida como atual ou inatual, como em consonância com a moda, como ultrapassada ou perene, como avançada ou atrasada em relação a seu tempo. (JAUSS, 1994, p. 49).

Nessa perspectiva, uma obra literária apresenta valor intrínseco como elemento da realidade que serve de moldura para a sua concepção, característica que pode se manter pertinente ao ser revista por gerações futuras em busca de uma melhor compreensão dos eventos de uma determinada época. Não nos referimos aqui a um simples espelhamento das sociedades nas quais os textos são concebidos, mas a uma concepção que caracteriza a literatura como um elemento constitutivo do processo histórico. Jauss salienta que

O abismo entre literatura e história, entre o acontecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delineia em suas obras, mas quando, no curso da evolução literária, ela revela aquela função verdadeiramente constitutiva da sociedade que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças

sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais. (JAUSS, 1994, p. 56).

Além disso, a inclusão da arte literária em outras áreas do conhecimento, destacando-se entre elas os estudos historiográficos, possibilita a expansão do horizonte de pontos de vista e possibilidades de análise. Maria Herrera Lima, ao descrever a emergência da literatura como complemento aos estudos filosóficos afirma que, “em um amplo espectro de posições críticas havia um certo senso comum quanto à necessidade de buscar formas de reflexão sobre a moralidade, sensíveis aos contextos reais de ação”⁷⁸ (LIMA, 1994, p. 44).

Obviamente, a importância de uma obra não se esgota na abordagem historicista de seus atributos, uma vez que os aspectos estéticos são diretamente responsáveis pela vitalidade de um texto e que, por meio de uma criação ficcional, é possível discutir realidades distintas e distantes do contexto histórico autoral. Seria uma visão reducionista, porém, desconsiderar as relações históricas passíveis de serem estabelecidas sincronicamente e diacronicamente entre texto e realidade.

No caso das utopias e distopias prospectivas, outro aspecto chama a atenção no que se refere à capacidade desses textos em ficcionalizar o futuro e promover reflexões sobre os rumos da própria história. Jauss atenta para essa característica ao comentar que o horizonte de expectativas da literatura abrange possibilidades de experiências ainda não concretizadas, rumo a novos objetivos e pretensões e, consequentemente, abre novos caminhos para a experimentação humana.

Evidentemente, no caso de uma obra como *1984*, a projeção de um regime totalitário e violento enfatiza a necessidade de conscientização em relação aos mecanismos disciplinares inerentes a diversas formas políticas, satirizando também os modelos sociais idealizados pelos utopistas.

Assim, a distopia orwelliana se mostra relevante sincronicamente ao fornecer dados sobre as tendências críticas e sociais que compunham o conturbado panorama do pós-guerra. O poder dos regimes totalitários, extrapolado e concretizado na forma da sociedade oceânica, enfatiza, ao mesmo tempo, o trauma provocado pelo conflito mundial e a consternação generalizada em relação à permanência e à possível expansão desses regimes. Já em uma abordagem diacrônica, *1984* pode, por um lado, ser estudada dentro do conjunto de obras distópicas. Por outro lado, pode ser

analisada segundo a verificação de elementos representados na narrativa nas sociedades históricas até os dias atuais, como a polarização característica da guerra fria, a formação de grandes blocos econômicos, o fortalecimento de alguns governos ditatoriais e a progressiva especialização dos mecanismos de vigilância aos quais estamos sujeitos. Todas essas perspectivas valorizam o papel do texto literário como interpretação da realidade histórica e projeção de possibilidades passíveis de realização a partir de uma corrente argumentativa específica.

Nesse particular, o duplo papel desenvolvido por Winston enfatiza algumas colocações anteriormente expostas e problematiza ainda mais a inversão entre fato e ficção representada na obra.

Como um dos inúmeros funcionários do Ministério da Verdade, a personagem participa ativamente da elaboração meticulosa de um passado coerente com as necessidades do Partido, remontando diariamente as peças de um mesmo enigma e produzindo a cada vez um resultado diferente do anterior. Ainda que o seu cargo seja hierarquicamente modesto, o processo criativo de construção das verdades históricas inquestionáveis na Oceania passa pelas mãos de Winston.

É interessante notar que a personagem não apenas aprecia o seu trabalho, mas possui um visível talento no cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas: manipula habilmente os dados, insere-os em construções linguísticas coerentes com o propósito determinado e atribui ao produto ficcional de seu trabalho um status de objetividade dogmático.

O trabalho era o maior prazer na vida de Winston. Em geral, não passava de uma rotina aborrecida, mas incluía às vezes trabalhos tão difíceis e intrincados que neles se podia perder como nas profundidades de um problema matemático – falsificações delicadas, sem coisa alguma para servir de orientação, além do conhecimento dos princípios do Ingsoc e um cálculo do que o Partido desejava que fosse dito. Winston destacava-se nesse tipo de trabalho. Em certas ocasiões lhe haviam confiado até a retificação de artigos de fundo do *Times*, escritos inteiramente em Novilíngua. (ORWELL, 2003, p. 45).

Ao contrário do que defende a historiografia moderna, em 1984 o processo de análise e registro do passado se vincula diretamente à

subjetividade de seus historiadores. Hayden White aprofunda a discussão sobre o processo da escrita tanto histórica quanto imaginativa, focalizando o trabalho dos autores, quando afirma:

A dialética peculiar do discurso histórico – e também – de outras formas de prosa discursiva, talvez até mesmo o romance – provém do empenho do autor em servir de mediador entre os modos alternativos de urdidura de enredo e de explicação, o que significa, afinal servir de mediador entre os modos alternativos do uso da linguagem ou estratégias tropológicas para descrever originariamente um dado campo de fenômenos e constituí-lo como um possível objeto de representação. (WHITE, 2001, p. 145).

O autor, ao descrever o processo de construção discursiva aproxima, segundo critérios metodológicos, o papel desenvolvido por historiadores e escritores ficcionais. Nesse sentido, a atividade desempenhada por Winston é, ao mesmo tempo, a de um criador e a de um manipulador de fatos. Por meio de suas mãos, passado e presente se misturam na reorganização diária do discurso histórico. Linda Hutcheon, ao discutir a metaficção historiográfica, relativiza ainda mais as fontes e as condições que supostamente categorizam diferentes formas narrativas.

Assim como a ficção histórica e a história narrativa, a metaficção historiográfica não consegue deixar de lidar com o problema do status de seus “fatos” e da natureza de suas evidências, seus documentos. E, obviamente, a questão que com isso se relaciona é a de saber como se desenvolvem essas fontes documentais: será que podem ser narradas com objetividade e neutralidade? Ou será que a interpretação começa inevitavelmente ao mesmo tempo que a narrativização? (HUTCHEON, 1988, p. 161).

Assim, percebemos que Winston parte de um objeto primordialmente ficcional, o qual é imposto como produto de uma ciência histórica, manipula-o criativamente de acordo com as contingências do momento e recoloca-o no âmbito de uma historiografia positivista aceita sem restrições pelos outros indivíduos. A história não possui existência

objetiva mesmo em seus registros textuais, os quais se constituem em criações artísticas deliberadamente direcionadas.

Em determinado momento da narrativa, o protagonista relata ter possuído, por alguns momentos, uma prova consistente das distorções promovidas pelo Ministério da Verdade. A personagem se depara com uma fotografia na qual aparecem três antigos líderes do Partido que teriam participado diretamente do processo revolucionário, mas que, devido aos seus ideais heterodoxos, foram sumariamente presos e obrigados a confessar atos de terrorismo e espionagem. Seus nomes eram Jones, Aaronson e Rutherford⁷⁹. A pequena foto retirada de um jornal comprovava que os três “criminosos” não poderiam estar em solo inimigo na data proferida durante os julgamentos.

Naturalmente, isto em si não era nenhum descobrimento. Nem Winston imaginara que as pessoas suprimidas nos expurgos houvessem de fato cometido os crimes de que eram acusadas. Mas ali estava a prova concreta; era um fragmento do passado abolido, como um osso de fóssil que surge numa camada errada e destrói uma teoria geológica. (ORWELL, 2003, p. 79).

Entretanto, Winston, com medo de que a sua ação pudesse ser descoberta, prossegue no curso normal de suas funções e destrói a fotografia, atitude da qual viria a se arrepender posteriormente e que é ironicamente retomada por O’ Brien durante as torturas no Ministério do Amor.

A relação conflituosa entre a existência de provas objetivas para um determinado acontecimento e o discurso histórico oficial nos regimes totalitários foi inserida por Orwell em sua obra a partir de ocorrências semelhantes na União Soviética stalinista. Assim, o autor enfatiza a maleabilidade dos fatos em um regime centrado no poder e na perfeição das ações de seus líderes.

É importante salientar que a caracterização do Miniver e das atividades desenvolvidas nessa instituição teve grande influência das experiências de George Orwell como repórter e produtor de um programa jornalístico produzido pela BBC. Durante mais de dois anos (1941-1943), o autor transmitiu via ondas de rádio para toda a Índia informações sobre fatos e eventos que eram deliberadamente transformadas em veículos da propaganda britânica. A participação ativa na manipulação de fatos em

prol do imperialismo inglês provocou em Orwell uma repulsa aos canais oficiais de informação e um profundo descrédito em relação à veracidade dos acontecimentos transmitidos por essas organizações.

O ceticismo e a crítica ao meio jornalístico colocados por Orwell em sua obra parecem encontrar ressonância nas discussões promovidas por Jean Baudrillard em sua obra *The Illusion of the End*. Ao analisar os aspectos que envolvem os caminhos do discurso histórico no final do século XX, Baudrillard qualifica a mídia como um dos principais organismos responsáveis pelo registro histórico e, simultaneamente, como um dos elementos responsáveis pela artificialização da história enquanto processo. Segundo ele, a manipulação dos dados por parte da imprensa pode ser definida da seguinte forma:

É um pouco parecido com a procriação *in vitro*: o embrião do evento real é transferido para o útero artificial da mídia jornalística para dar a luz a muitos fetos órfãos que não possuem nem pai nem mãe. O evento é denominado para práticas procriativas como nascimento e para práticas da eutanásia como morte⁸⁰. (BAUDRILLARD, 1994, p. 19-20).

Baudrillard afirma que tal procedimento favorece a incerteza em relação aos dados históricos, colocando em xeque o conceito de verdade em favor de uma credibilidade idealizada por aqueles que transmitem as notícias. Ao estabelecer essa linha de discussão, o autor parece fornecer as bases para o órgão oficial de registro de dados e difusão de propaganda figurado em *1984*. Para Baudrillard, os parâmetros de credibilidade suplantaram os critérios de fato e verdade, caracterizando a notícia como elemento direcionado pelos mesmos princípios que direcionam a estatística.

Nesse contexto, tanto George Orwell quanto Winston Smith não permanecem passivos diante do contínuo direcionamento sincrônico e diacrônico da história. Ambos desenvolvem as suas reações discursivamente por meio de textos projetados, no caso do autor, e endereçados a uma possibilidade de futuro, no caso da personagem. Sob esse ponto de vista, o romance *1984* e o diário escrito pelo protagonista apresentam objetivos semelhantes, ou seja, o registro denunciador dos mecanismos controladores que permeiam a realidade de cada um dos autores.

Assim, o texto dentro do texto em *1984* pode ser visto como um artifício retórico utilizado por Orwell em relação a sua própria obra.

Entretanto, o protagonista não entende, em um primeiro momento, o seu ato de contestação e teme profundamente os desdobramentos de sua decisão. Paulatinamente, as páginas cuidadosamente escondidas do diário se transformam, até a concretização de seu relacionamento com Júlia, no único meio pelo qual a personagem pode dar vazão as suas frustrações, ao seu ódio e a sua esperança. Por meio desse relato, características meticulosamente enterradas na mente de Winston vêm livremente à tona e podem ser apreendidas pelos leitores, criando um clima de cumplicidade confessional entre os dois extremos do diálogo.

Por algum tempo ficou olhando o papel estupidamente. A tela agora tocava estridente música militar. O curioso era que ele parecia não só ter perdido o poder de se exprimir como esquecido o que tinha em mente. Havia semanas que se preparava para aquele momento, e nunca lhe passara pela cabeça a ideia de precisar mais que coragem. Escrever seria fácil. Tudo o que tinha a fazer era transferir para o papel o intêrmino e inquieto monólogo que se desenrolava na sua mente fazia anos [...]. De repente, pôs-se a escrever por puro pânico, mal percebendo o que estava escrevendo.

[...]

Abaixo O Grande Irmão

Abaixo O Grande Irmão

Abaixo O Grande Irmão

Abaixo O Grande Irmão

Abaixo O Grande Irmão

Abaixo O Grande Irmão

(ORWELL, 2003, p. 10-11, 20).

A escrita do diário pode ser analisada como produto criativo independente, o que representa uma grande façanha dentro do universo totalitário. Além disso, como afirma Massaud Moisés, o diário íntimo apresenta valor literário por sua configuração como relato lírico-autobiográfico de um autor empírico, sendo plausível uma maior ênfase nos aspectos estéticos do que nos temáticos. Vejamos o exemplo dado pelo autor:

[...] o exemplo clássico de um diário íntimo nos oferece H. F. Amiel, prosador suíço do século XIX: seu *Journal intime*, redigido entre 1847 e 1881, estende-se por um vasto manuscrito de mais ou menos 16.900 páginas, de que se estamparam fragmentos entre 1883-1884, encerrando profunda e dolorosa inspeção no âmago do “eu”, retrato de uma alma hipersensível e prototipicamente romântica, a debater-se entre a clarividência das próprias limitações e o anseio idealista de satisfações possíveis. (MOISÉS, 2001, p. 148).

A partir das considerações de Moisés sobre esse modelo narrativo, é preciso salientar duas diferenças em relação ao texto construído por Winston Smith. Primeiramente, o protagonista é um construto ficcional por meio do qual algumas características e experiências do autor empírico são projetadas. Além disso, o grande valor do relato do protagonista reside em seus aspectos temáticos e nas intenções que envolvem tal escrita. É preciso salientar que a obra redigida pela personagem se define não apenas como uma válvula de escape para a sua consciência crítica, mas também como uma mensagem para um novo futuro que possa ser concretizado fora do domínio do Partido. Esse sentimento otimista em relação ao futuro cresce em Winston à medida que ele percebe que o sistema ainda apresenta deficiências e que, assim como ele, podem existir outros indivíduos insatisfeitos com a realidade imposta pelo regime. Paradoxalmente, a progressiva esperança cultivada por Winston se desenvolve a cada passo seu em direção à própria destruição. Nesse sentido, o protagonista apresenta outra faceta utópica dentro do universo distópico, constituindo uma aparente união de contrários que remonta à teoria do duplipensar.

De repente ocorreu-lhe uma pergunta. Para quem estava escrevendo aquele diário? Para o futuro, os que não haviam nascido. Sua mente pairou um momento sobre a data duvidosa que escrevera e de repente se chocou contra a palavra duplipensar em Novilíngua. Pela primeira vez percebeu de todo a magnitude do que empreendera. (ORWELL, 2003, p. 10).

Independentemente desse aspecto, a personagem passa a acreditar que, por meio do confronto direto com o regime, é possível fazer

surgir das cinzas da Oceania uma nova sociedade, e que, se tal processo não for deflagrado dentro de sua curta expectativa de vida, o seu diário servirá, ao menos, como um testemunho de um passado aterrorizante e como um alerta para que os mesmos erros não sejam cometidos.

Ele não passava de um fantasma solitário exprimindo uma verdade que ninguém jamais ouviria. Mas enquanto a exprimisse, a continuidade não seria interrompida. Não é fazendo ouvir a nossa voz, mas permanecendo são de mente que preservamos a herança humana. Ele voltou à mesa, molhou a pena e escreveu: Ao futuro ou ao passado, a uma época em que o pensamento seja livre, em que os homens sejam diferentes uns dos outros e que não vivam sós – a uma época em que a verdade existir e o que for feito não puder ser desfeito.

Cumprimentos da era da uniformidade, da era da solidão, da era do Grande Irmão, da era do duplipensar. (ORWELL, 2003, p. 29).

Em um universo em que a própria história se apresenta como uma obra ficcional reescrita incontáveis vezes, o diário do protagonista se configura como um registro plausível do contexto no qual o seu autor se insere. O texto escrito por Winston é a única prova documental verdadeira de uma época quando a historiografia não tem nenhum comprometimento com a verdade. Por meio de uma criação literária, a personagem cria um documento histórico em um espaço onde fato e ficção são indissociáveis.

Assim, as posições se invertem na obra de Orwell, de maneira que um objeto valorizado literariamente, como o diário, se transforma na única representação discursiva coerente com a realidade, enquanto os textos historiográficos denotam a radicalização extrema da ficção como elemento constituinte de um discurso supostamente científico.

Indubitavelmente, a solidão e a completa frustração emocional são os aspectos que mais atormentam Winston em sua rotina diária. Assim, o amor é outro desejo do protagonista. Entretanto, em uma sociedade como a de *1984*, nem mesmo o sentimento amoroso é preservado das particularidades do universo distópico. É sobre essa segunda via da trajetória revolucionária da personagem e suas características que nos debruçamos a partir de agora.

3.2. O AMOR DISTÓPICO

O rígido controle exercido pela estrutura social oceânica não se reduz apenas à docilização dos corpos e à normalização ideológica da população, mas atinge instâncias mais profundas do comportamento humano, como o erotismo e os sentimentos amorosos. Assim como o objetivo do Partido não é obliterar completamente o conceito de história, mas congelar o seu desenvolvimento e manipulá-lo convenientemente, os instintos erótico-amorosos são direcionados em prol do sistema estabelecido e da homogeneização dos comportamentos individuais.

Havia uma ligação direta e íntima entre a castidade e a ortodoxia política. Como poderiam ser mantidos no tom o medo, o ódio e a credulidade lunática que o Partido necessitava nos seus membros, a não ser pelo engarrafamento de um poderoso instinto, usado como força motriz? O impulso sexual era perigoso ao Partido e o Partido o transformara em vantagem a seu favor. (ORWELL, 2003, p. 129).

O Partido somente autoriza a união matrimonial quando o objetivo do casal é a geração de novos seguidores para as suas colunas. Assim, a relação entre casais é mantida como um mecanismo de expansão do regime totalitário. Nesse contexto, as emoções são vistas como agentes desestabilizadores da ortodoxia exigida para o processo de perpetuação hereditária dos princípios do Ingsoc.

Todos os casamentos entre membros do Partido tinham de ser aprovados por um comitê nomeado para esse fim e – embora o princípio jamais fosse abertamente declarado – a permissão era sempre recusada se o casal desse a impressão de haver qualquer atração física. O único fim reconhecido do casamento era procriar filhos para o serviço do Partido. A cópula devia ser considerada uma pequena operação ligeiramente repugnante, como um clister. Isto tampouco era dito em voz alta, mas de modo indireto era ensinado a cada membro do Partido, desde a infância. (ORWELL, 2003, p. 67).

Por meio desses dispositivos de condicionamento, o Partido tenta impedir a eventual formação de laços de confiança e lealdade entre

os indivíduos, o que poderia representar uma ameaça à estabilidade do regime. Michel Foucault afirma que as sociedades produzem, a partir de seus mecanismos controladores, discursos em relação à sexualidade que tendem a enquadrar os indivíduos em uma determinada forma de conduta e colocar em ação um dispositivo, ou seja, um conjunto de práticas discursivas e coercitivas voltado especificamente para a normalização não apenas do sexo, mas de todos os elementos que caracterizam as relações interpessoais. “O discurso da sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais” (FOUCAULT, 1981, p. 259).

Em 1984, a ausência forçada de vínculos afetivos entre os cidadãos enfatiza o isolamento de todos os sujeitos, tornando os corpos e as mentes ainda mais dóceis à normalização, canalizando os impulsos emotivos da população na direção de um ponto comum: a figura do Grande Irmão. Dessa forma, o amor é transformado em um sentimento coletivo, supostamente uniforme e caracterizado pela constante veneração daquele rosto mudo que, em cada cartaz, parece observar a todos e a tudo. O resultado desse processo de direcionamento constitui a primeira faceta daquilo que chamaremos de amor distópico.

A partir dessas considerações, percebemos que, assim como outros aspectos discutidos anteriormente, a afetividade e a sexualidade são instrumentalizadas pelo governo distópico e suas características, comumente aceitas no mundo factual, deturpadas segundo as prioridades do Partido. Se tal perspectiva parece chocante ao leitor, é porque a narrativa orwelliana problematiza alguns conceitos que cercam a idealização do amor no universo extratextual, como a naturalidade desse sentimento. Como afirma Jurandir Freire Costa:

O amor é uma crença emocional e, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico de pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo. Nenhum dos seus constituintes afetivos, cognitivos ou conotativos é fixo por natureza. (COSTA, 1998, p. 12).

O autor argumenta que a visão naturalista do amor e a sua suposta universalidade obscurecem uma série de aspectos sociais e culturais que moldam as aspirações dos indivíduos em relação aos seus próprios sentimentos. Para ele, esse contexto gera uma dicotomia entre aquilo que consideramos natural e cultural, colocando o amor em uma posição privilegiada dentre as características humanas. Assim, os elementos histórico-culturais que participam constitutivamente da idealização amorosa são postos de lado em favor de um princípio de inevitabilidade emocional que, por sua vez, rompe com uma conceitualização do amor como criação e prática discursiva.

Os hábitos culturais, as limitações sociais, as particularidades psicológicas ou os talentos pessoais podem agir como motivos coercitivos na determinação das preferências. Mas tais condicionamentos não são equiparáveis às determinações dos fatos naturalmente compulsórios [...]. Só quando acreditamos que existe um fosso metafísico intransponível entre as “entidades naturais” e as “entidades culturais” é possível situar o amor no escaninho da natureza e inferir disto sua invariância cultural ou sua obrigatoriedade psicológica e moral. (COSTA, 1998, p. 14, 15).

Nesse panorama, os indivíduos são levados a repudiar qualquer tipo de poder externo ou institucional que ameace a valorização do amor como característica inerente aos indivíduos ou que tente obstruir o seu desenvolvimento. “Portanto, tudo que venha a proibi-lo, inibi-lo ou desmoralizá-lo é desumano e antinatural” (COSTA, 1998, p. 13).

Contudo, se consideramos que práticas sociais e culturais são responsáveis pelo direcionamento dos indivíduos para o ideal amoroso, quais seriam os resultados se esses dispositivos fossem reorganizados com o objetivo imediatamente contrário, ou seja, o de coibir a experiência amorosa? Parece-nos que tal inversão redundaria em um regime similar àquele representado em *1984*. Na sociedade do Grande Irmão, o amor erótico perde completamente o seu status natural por meio de uma série de reguladores sociais e ideológicos que visam transformar os anseios emocionais de cada indivíduo em ferramentas de perpetuação de poder. Na narrativa orwelliana, o ato de amar é visto não somente como antinatural, mas também como um crime contra os rígidos princípios do Partido.

Além disso, a caracterização do ideal amoroso como uma crença passível de ser modificada ao longo do tempo possibilita uma aproximação das esferas do emocional e da política. No universo ficcional, onde todos os elementos estão diretamente ligados à política, o que ainda resta do sentimento amoroso é condicionado a se manifestar aliado a alguma forma de engajamento, que pode ser de direita ou de esquerda, sendo o primeiro representado pela imposição do amor fanático dedicado ao Grande Irmão e o segundo pela rebelião direta exemplificada pelo relacionamento entre Winston e Júlia.

Entretanto, tal mecanismo ainda não atingiu o grau de eficiência desejada no momento no qual se desenvolve o enredo, obrigando o Partido a permitir alguns desvios de comportamento provocados pelo constante apelo dos instintos sexuais. “Tacitamente, o Partido se inclinava até a incentivar a prostituição, para dar saída a instintos que não podiam ser totalmente suprimidos” (ORWELL, 2003, p. 66). Dessa forma, ainda que as relações sexuais, especialmente aquelas com prostitutas proletárias, sejam toleradas pelo Ingsoc, o sistema consegue diminuir paulatinamente a frequência dessas ocorrências por meio de uma forte propaganda celibatária, pela imposição de um modelo de casamento voltado unicamente para a procriação e pela animalização do sexo como ato que se opõe à racionalidade da sociedade oceânica.

Foucault salienta a importância adquirida na modernidade pelos chamados dispositivos da sexualidade, a partir dos quais o erotismo é direcionado para atender diferentes intenções. O autor afirma que, “formulada e proibida, dita e interdita, a sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar” (FOUCAULT, 1981, p. 236).

Se, por um lado, tal processo ainda se desenvolve no que diz respeito à normalização dos comportamentos individuais, por outro, as instituições do casamento e da família já se mostram profundamente condicionadas pelos desígnios do Partido. A frustração sentimental de Winston e a sua aparente incapacidade inicial de se relacionar afetivamente são, em grande medida, características resultantes da malograda experiência matrimonial da personagem.

Ele tornou a pensar em Katharine. Devia fazer nove, dez – quase onze anos que se haviam separado. Era curioso que pensasse nela tão raramente. Às vezes, passava dias e dias sem se lembrar

de que fora casado. Tinham vivido juntos apenas quinze meses. O Partido não permitia o divórcio, mas até incentivava a separação quando não havia filhos [...]. Logo no começo da vida conjugal descobrira que Katharine possuía, sem exceção, a mente mais estúpida, vulgar e vazia que já conhecera – embora fosse talvez por conhecê-la mais intimamente que a maioria das pessoas. Não tinha na cabeça um pensamento que não fosse uma palavra de ordem, e não havia imbecilidade, absolutamente nenhuma, que ela não engolisse se o Partido a impingisse [...]. Assim que a tocava, a esposa parecia encolher e enrijecer. Abraçá-la era o mesmo que cingir uma marionete. (ORWELL, 2003, p. 67-68).

O protagonista fornece em detalhes um exemplo prático das perturbadoras consequências da normalização estatal do erotismo na vida conjugal dos cidadãos. Ainda que convivam diariamente, os casais não compartilham qualquer tipo de ligação, além da fé nos princípios do Ingsoc. Dessa forma, o ato sexual se transforma em uma ação mecânica, impessoal e insatisfatória, aspecto que influi diretamente na psique e nas atitudes de Winston Smith.

Diante da experiência de um casamento fracassado em termos emocionais e procriativos, a personagem mergulha na profunda solidão que caracteriza o universo pessoal em *1984*, assumindo uma posição próxima da misoginia. E é justamente esse sentimento que aflora no protagonista ao ver Júlia pela primeira vez. O ódio resultante desse encontro inicial é dirigido por Winston muito menos contra a sua futura amante, do que contra os ideais representados e o papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade oceânica.

Winston antipatizara com ela desde o primeiro momento. E sabia por quê. Era por causa da atmosfera de campos de hóquei, chuveiro frio, piqueniques e grande linha moral que conseguia inspirar. Ele antipatizava com todas as mulheres, principalmente com as moças e bonitas. Eram sempre as mulheres, e principalmente as moças, os militantes mais fervorosos do Partido, os devoradores de palavras de ordem, os espiões amadores e os delatores de desvios [...]. Entretanto, continuava sentindo um estranho mal-estar, em cuja composição havia

medo e hostilidade, e que sobrevinha sempre que ela se aproximava. (ORWELL, 2003, p. 12-13).

Durante o ritual diário dos Dois Minutos de Ódio, Winston reconhece a fonte de sua agressividade na abstinência sexual à qual ele é forçado. Em uma complexa confluência de emoções, a personagem mistura violência e desejo na liberação imaginativa dos instintos que, sendo veementemente proibidos pelo Partido, precisam encontrar algum tipo de válvula de escape.

Haveria de matá-la a golpes de um cajado de borracha. Amarra-la-ia nua a um poste e a crivaria de flechas como São Sebastião. Possui-la-ia e a degolaria no momento do gozo. Além disso, percebeu mais claro do que antes *por que* a odiava. Odiava-a porque era jovem, bonita e assexuada, porque desejava ir para cama com ela, e porque nunca o faria, porque na cinturinha fina e convidativa, que parecia pedir que a segurassem com o braço, só havia a odiosa faixa escarlate, o agressivo símbolo da castidade. (ORWELL, 2003, p. 17).

Entretanto, a evidente carência afetiva dos indivíduos na sociedade distópica não se restringe ao amor regido por Eros, mas também a outras variantes desse sentimento encontradas, por exemplo, no seio da família e na companhia de amigos. Como vimos anteriormente, a normalização desenvolvida pelo Partido reestrutura as relações nessas esferas da sociedade, inserindo nelas o medo, a desconfiança e a traição.

É interessante notar que a instituição familiar é um elemento constantemente reestruturado ou abolido pelos escritores utópicos e distópicos. Grande parte das sociedades modelares exige de seus integrantes um despojamento total dos anseios particulares em nome do bem comum, ainda que esse processo represente a destruição do núcleo familiar. Podemos citar como exemplo as obras de More e Huxley, nas quais o convívio familiar, ainda que não totalmente erradicado, é transformado de tal maneira que suas características se afastam substancialmente dos padrões reconhecidos no universo experimental. Como afirma Gilles Lapouge,

Essa família será o grande dilema, o martírio e o naufrágio dos utopistas. Nela fervilham o visceral, o primitivo, o obscuro, o orgânico. Certamente o estado poderia negociar com a família, ou, melhor ainda, atá-la a regras estritas, impor-lhe a camisa de força. Isso mais tarde é feito por muitos estados despóticos, que, entretanto, sempre terminam por se render ante a resistência da família. Platão, mais astuto, escolhe a solução radical: consciente de que a família colocará perpetuamente em xeque o Estado absoluto, prefere aniquilá-la [...]. Essa imolação da família é ao mesmo tempo lógica e insensata. Lógica, porque a sociedade matemática não pode efetivamente tolerar a desordem, o calor humano, a intimidade e as trevas da família. Insensata porque a família é irredutível e resistirá eternamente a qualquer ofensiva do Estado. (LAPOUGE apud PASOLD, 1999, p. 41).

Inserido nesse contexto arbitrário de relações, Winston Smith permanece, inicialmente, em um estágio intermediário de comprometimento pessoal. Se, por um lado, a personagem tentou manter um casamento de acordo com os pressupostos do Partido e, em grande medida, aceita a substituição do amor pelo ódio irracional exercitado diariamente, por outro, o protagonista não canaliza a sua carência afetiva para a figura do Grande Irmão e não reprime totalmente os seus instintos sexuais, mantendo suas relações com prostitutas. Ainda que em um nível menos declarado do que em relação à verdade histórica, Winston parece ansiar por uma brecha no sistema pela qual ele possa minar o violento clima de impessoalidade e de solidão. Sua última experiência sexual, relatada detalhadamente no diário, caracteriza-se muito mais pela decepção do que pelo prazer físico.

Tornou a ver-se, à luz débil do abajur, as narinas cheias do odor de percevejo e perfume barato, e no coração uma sensação de derrota e ressentimento que, mesmo naquele momento, vinha misturada com a recordação do corpo branco de Katharine, congelado para sempre pelo poder hipnótico do Partido. Por que teria de ser sempre assim? Por que não poderia ter uma mulher própria, em vez de recorrer a essas aventuras sórdidas, com intervalos de vários anos? (ORWELL, 2003, p. 69).

Dessa forma, percebe-se que o protagonista deseja encontrar outro sentimento que o afaste do medo contínuo e resgate algumas das difusas recordações de carinho que a sua memória ainda retém da infância. Nesse sentido, a imagem do amor incondicional representada pela mãe de Winston segurando nos braços o corpo quase sem vida da filha ressurgiu com uma força simbólica ainda mais acentuada. A personagem busca o amor assim como busca a verdade, declarando, por meio de suas ações, a revolta. “Um amor genuíno, porém, era quase impossível de imaginar. Todas as mulheres do Partido eram iguais. Nelas a castidade era tão profunda quanto a lealdade ao Partido [...]. A razão dizia-lhe que devia haver exceções, mas no fundo do coração não acreditava nisso” (ORWELL, 2003, p. 69).

Razão e sentimento são exatamente os componentes que constituem, de forma desequilibrada, o romance entre Winston e Júlia. A exemplo da maioria dos elementos que compõem a distopia orwelliana, a concretização do relacionamento amoroso na sociedade do Grande Irmão, tão desejada pelo protagonista e tão severamente coibida pelos mecanismos de controle, assume particularidades distintivas quanto aos padrões aceitos e/ou idealizados no mundo experimental. Tal aspecto forma um contraponto à idolatria fanática que impera em meio à população oceânica e revela outro aspecto do amor na distopia: o sentimento como ataque político.

Diferentemente da mística amorosa cortesã, na qual o segredo constituía um ingrediente especial no jogo praticado por homens e mulheres medievais, em *1984* a discrição representa o limite entre a vida e os porões do Miniver. Da mesma forma como ocorreu em relação à fabricação de verdades históricas, Winston não contrapõe abertamente as suas intenções às determinações do Partido, mantendo uma atitude furtiva e minando silenciosamente a norma celibatária.

Assim, percebemos que o amor é transformado em uma ferramenta de contestação, ocultada de olhos alheios tão meticulosamente quanto qualquer plano conspiratório. Se, como afirma Jurandir Costa, o amor é uma crença passível de ser alterada segundo as práticas culturais desenvolvidas nas comunidades em geral, em uma sociedade na qual ocorre a normalização dos relacionamentos, o sentimento amoroso acaba sendo instrumentalizado como agente desestabilizador da ordem social e a luxúria cultivada como um ataque direto ao moralismo

institucionalizado. Para Michel Foucault, nenhum dispositivo controlador pode ser posto em funcionamento sem a manifestação de uma força reacionária que coloca em evidência as possíveis falhas do sistema de poder:

Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos [...]. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... (FOUCAULT, 1981, p. 146).

Nesse movimento de ação e reação, a afetividade entre os indivíduos se mistura com o ódio pelo regime, produzindo um fenômeno complexo marcado por atos meticulosos, sonhos de liberdade revolucionária, constante terror e impulsos acentuadamente violentos. “Não havia mais emoção pura; tudo estava misturado com medo e ódio. A união fora uma batalha, o clímax uma vitória. Era um golpe desferido no Partido. Era um ato político” (ORWELL, 2003, p. 122).

Tal posicionamento redundava na politização do erotismo como caminho viável para a contestação do regime, fazendo com que o relacionamento não se estenda e o sentimento pouco se manifeste além dos limites da alcova. Na revolução particular do casal, o amor é, em certa medida, um discurso produzido pela sublimação do contato físico e pela valorização da cumplicidade que os envolve. “Até mesmo eles o admitem quando parece que eles fazem amor menos por desejo mútuo do que como um ato de rebelião contra a norma que ambos odeiam”⁸¹ (SMALL, 1975, p. 150).

Pode parecer em um primeiro momento, que essa característica do amor na distopia artificializa sensivelmente a relação entre as personagens. Entretanto, é preciso considerar não apenas o contexto no qual a ação se desenvolve, mas também o histórico de Winston e Júlia. Ainda que o processo não tenha atingido total eficiência, ambos foram, desde a infância, condicionados a racionalizar as suas emoções e a coibir a expressão de seus próprios sentimentos, de forma que essa

mutação emotiva praticamente impossibilita que uma relação amorosa floresça, mesmo em segredo, da mesma forma que no mundo factual.

Por outro lado, ao ser analisada sob um ponto de vista funcional, a liberalização dos instintos sexuais aproxima os amantes de sua natureza primitiva, formando um contraponto com o ideal de “racionalidade” no qual se baseiam todos os modelos sociais. “Não somente o amor de uma pessoa, mas o instinto animal, o desejo simples, indiscriminado; era a força que faria a derrocada do Partido” (ORWELL, 2003, p. 122).

Assim, todo o grau de especialização dos mecanismos coercitivos e de eficiência dos discursos normalizantes é desafiado pelo casal a cada novo encontro, colocando as personagens em contato direto com a esfera da *physis* humana, a qual sofre constantes tentativas de readaptação pelo mecanismo de um *ethos* específico que é imposto na sociedade distópica e visa o condicionamento da *práxis* para a perpetuação definitiva do regime.

Em 1984, a intervenção direta do Estado na formação de hábitos e costumes, ou seja, na articulação da *práxis*, não tem como objetivo atingir um bem comum, mas apenas solidificar o poder exercido sobre a população. Se considerarmos que “o domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e interditos, os valores e as ações” (VAZ, 1999, p. 13), em uma sociedade caracteristicamente distópica, em que tais conceitos estão invertidos, um retorno voluntário para o espaço da *physis* pode significar a desestabilização do mecanismo que tenta moldar todas as ações humanas ao instaurar um *ethos* ditatorial regido pela mística do poder.

Nesses termos, a valorização dos instintos representa um dispositivo eficaz no retorno ao primitivismo comportamental e sexual desenvolvido por Winston e Júlia. Foucault salienta que o processo de liberação sexual nunca encontra um fim em si mesmo, ultrapassando os limites da simples contravenção de interditos e atingindo esferas mais profundas do comportamento humano diante dos discursos institucionais: “Acho que os movimentos ditos de ‘liberação sexual’ devem ser compreendidos como movimentos de afirmação ‘a partir’ da sexualidade” (FOUCAULT, 1981, p. 233).

Além disso, o desprezo e o ódio presentes na visão que as personagens têm em relação às normas ético-morais do Partido compõem um aspecto importante no amor revolucionário do casal.

O ódio parece ser o motivo primário deles. A declaração recíproca do casal é que eles ‘odeiam a pureza, odeiam a virtude’, são ambos ‘corruptos até os ossos’; é claro que sabemos, ou deveríamos saber, que em um mundo onde tudo foi invertido essa declaração não significa o que parece⁸². (SMALL, 1975, p. 150).

As inversões, é preciso salientar, são perceptíveis desde o início da relação entre as personagens, por exemplo, a iniciativa de aproximação por parte de Júlia enquanto Winston assume um posicionamento essencialmente passivo diante das investidas da moça. É preciso considerar que a iniciativa feminina para o princípio de um relacionamento amoroso é, certamente, bastante comum nos dias atuais. Contudo, a mesma naturalidade dificilmente seria encontrada no final da década de 1940, quando o romance foi escrito. Uma vez mais, enfatizamos a importância dessa técnica de inversão utilizada por Orwell como elemento que não só caracteriza a narrativa como um texto distópico, mas também salienta o potencial satírico da obra.

Percebemos, assim, a ênfase sobre características simbólicas da narrativa e as ligações estabelecidas pelo autor entre o espaço ficcional e a realidade experimental que lhe serviu de base para a escrita do romance. Essas conexões, conceituais ou analíticas, manifestam-se nas mais diversas instâncias da sociedade ficcional, inclusive na instrumentalização da sexualidade contra a norma estabelecida.

O relacionamento amoroso também constitui um aspecto importante na caracterização das personagens. A proximidade do casal possibilita a determinação de um parâmetro comparativo entre as suas personalidades, ao mesmo tempo em que promove uma gradual alteração comportamental, especialmente no protagonista.

Desde a aproximação do casal, é notável que Winston e Julia são muito diferentes em vários aspectos. Por exemplo, a passividade dele é abertamente contraposta ao raciocínio lógico e prático da garota, sem o qual, o primeiro encontro dificilmente teria acontecido. Por outro lado, essa mente pragmática não possui um objetivo que a guie na direção de uma realização maior ou mais acabada: para Júlia, a teoria não passa de perda de tempo e apenas as ações representam algo de concreto.

Queria divertir-se; “eles”, isto é, o Partido, não queriam deixá-la; por isso infringia a lei da melhor maneira possível. Parecia achar igualmente natural que “eles” quisessem proibir os prazeres e que os cidadãos buscassem fugir à prisão. Odiava o Partido, e confessava-o em outras tantas palavras cruas, mas não o criticava em geral. Exceto no que tangia à sua vida particular, não lhe interessava a doutrina partidária [...]. Considerava estúpida qualquer revolta organizada contra o Partido; fadada ao insucesso, dizia. O inteligente era desrespeitar a lei e continuar vivendo. (ORWELL, 2003, p. 127).

Foucault critica duramente esse tipo de atitude, ao afirmar que a simples transgressão das normas estabelecidas leva a uma ilusão de felicidade possibilitada pelos próprios mecanismos supostamente desafiados.

Este tipo de discurso é, na verdade, um formidável instrumento de controle e de poder. Ele utiliza, como sempre, o que dizem as pessoas, o que elas sentem, o que elas esperam. Ele explora a tentação de acreditar que é suficiente, para ser feliz, ultrapassar o umbral do discurso e eliminar algumas proibições. E de fato acaba depreciando e esquadrinhando os movimentos de revolta e liberação... (FOUCAULT, 1981, p. 233).

Assim, dentro da lógica de ação de Júlia, o bilhete entregue furtivamente a Winston e que marca o início de toda a relação representa o convite para um ato criminoso. As palavras rabiscadas no papel simbolizam muito mais um grito de revolta contra os padrões estabelecidos do que uma declaração inesperada de afeto. “Reajustou os óculos no nariz, suspirou e puxou outro maço de papéis com o recado em cima. Alisou-o com os dedos. No papel estava escrito, em caligrafia graúda e irregular: *Eu te amo*” (ORWELL, 2003, p. 105).

Obviamente, tais palavras produzem um efeito devastador na mente do protagonista. Contudo, é importante salientar como são distintos os propósitos que acabam por unir as duas personagens: enquanto Winston, uma vez tendo reconhecido a si mesmo como um homem morto, não encontra razões para evitar a concretização da relação, Júlia procura um parceiro para suas transgressões e para o seu modo de vida.

O comportamento da garota enfatiza ainda mais a singularidade do protagonista dentro da sociedade oceânica, uma vez que sua amante, alguns anos mais jovem do que ele, representa uma nova geração de indivíduos que concebem o regime do Partido como um sistema de poder perpétuo e inalterável. James Phelan atenta para esse aspecto em sua discussão sobre a progressão narrativa na segunda parte da obra.

As conversas de Winston com Júlia indicam que a próxima geração simplesmente não consegue visualizar a vida sem o Partido. Tendo crescido com o Partido como um fato na vida, Júlia aceita-o como algo tão sólido que os seus pensamentos de rebelião são coibidos naturalmente; até ela conhecer Winston, o seu objetivo na vida é manipular o sistema do Partido, ao invés de derrubá-lo [...]. A disparidade entre Winston e Júlia marca-o claramente como um membro do último grupo de cidadãos que se lembram da vida sem o Partido, o último grupo que poderia utilizar essa conexão com o passado como um motivo para a rebelião [...]. Conforme a narrativa progride, o nome e a idade de Winston se combinam para fazer dele uma imagem do “último homem na Europa”, uma frase que Orwell considerou usar como o título do livro⁸³. (PHELAN, 1989, p. 33).

Além disso, a junção da *persona* representada por Júlia diariamente nos corredores do Ministério da Verdade, com a sua atitude combativa diante de certas normas do Partido, gera dúvidas no protagonista em relação à verdadeira personalidade e às reais intenções da garota.

Ela é na verdade um tipo de intersexo, sendo os seus “rápidos movimentos atléticos” e a sua “masculinidade” especialmente no ato de arremessar, particularmente perceptíveis [...] a “atmosfera de campos de hóquei e banhos frios e passeios comunitários” que Winston primeiramente percebe nela, o distintivo da “Liga Juvenil Anti-Sexo que ela usa, são aspectos mais apropriados do que foram criados para ser [...]. Em Júlia eles têm o objetivo, obviamente, de ser apenas um disfarce, sob o qual as suas paixões são ocultadas; porém, é muito mais difícil acreditar nessas paixões do que no disfarce que assumem. Em Winston

eles despertam ressentimento e ódio. Ele se entrega a fantasias de violência com ela; mesmo mais tarde, quando eles se tornam amantes, em meio ao “cheiro suave e enjoativo das campânulas”, ele sente uma “incredulidade” que nós possivelmente compartilhamos⁸⁴. (SMALL, 1975, p. 151).

Essa desconfiança acaba por tornar-se um traço peculiar no relacionamento das personagens, aproximando Júlia muito mais da forma híbrida de um construto ficcional do que dos aspectos miméticos que viriam a caracterizá-la. A análise dos elementos que compõem a personagem de ficção desenvolvida por James Phelan aponta para abordagens teóricas que defendem a valorização dos componentes sintéticos, que evidenciariam, de maneira mais consistente, a funcionalidade atribuída pelo autor a cada uma de suas figuras humanas.

As mais intensas e satisfatórias experiências de leitura podem depender daquilo que chamamos de envolvimento com as personagens, mas uma bem-sucedida investigação crítica da estrutura e dos efeitos de um romance, como construto literário, pode requerer a interpretação das personagens como conjuntos de predicados agrupados sob nomes próprios⁸⁵. (CULLER apud PHELAN, 1989, p. 3).

Nesse sentido, Júlia apresenta aspectos funcionais importantes na obra. Como já salientamos, seus objetivos formam um contraponto aos impulsos revolucionários de Winston. Além disso, ela constitui o principal elemento na evolução da trajetória do protagonista em direção a ações contestatórias cada vez mais agudas e, conseqüentemente, ao processo final de normalização nas mãos do Partido.

Na visão de Christopher Small, a suposta artificialidade que envolve grande parte dos atos e das palavras de Júlia não são apenas características de uma personagem inconsistente do ponto de vista mimético, mas um indicativo da sua verdadeira função no enredo. Nessa perspectiva, o amor da garota seria nada mais do que uma armadilha colocada pelo próprio regime totalitário com o objetivo de atrair as consciências “infectadas” pela heterodoxia e direcioná-las para a própria obliteração.

Talvez ela não seja mais do que uma parte do processo que (como Winston reflete) começa com a posse do diário ilícito e conduz inevitavelmente aos porões do Ministério do Amor; mas ela é o instrumento pelo qual ele é retirado de seu completo isolamento e relativa segurança para o perigo de sentir⁸⁶. (SMALL, 1975, p. 151).

Carl Freedman também relativiza o papel de Júlia no relacionamento com Winston, enfatizando que a incerteza suscitada pelo autor em relação aos verdadeiros objetivos da garota reflete o clima de suspeita e insegurança que domina os regimes totalitários. Assim como ainda não é possível a Winston conhecer a motivação final que impulsiona o Partido, também não lhe é apreensível as reais intenções, de Júlia e de todos os indivíduos que o cercam. Freedman coloca que

Há, por exemplo, numerosos indícios no texto de que a amante de Winston, Júlia, sempre fora uma agente da Polícia do Pensamento; mas há também evidências do contrário, e, tão frequentemente como é na própria vida sob o totalitarismo, é impossível ter certeza⁸⁷. (FREEDMAN, 1984, p. 603).

Não obstante, o relacionamento gerado proporciona ao protagonista uma melhor compreensão de si mesmo e de outros sentimentos que por tantos anos foram sufocados pelo medo. Dessa forma, ainda que o resultado final seja imensamente doloroso, o amor, na distopia, representa um retorno a ideais humanos anteriores à revolução. E Júlia é o elemento central nessa jornada de autodescobrimento de Winston.

A partir dessa redescoberta dos desejos e das emoções suprimidas pelo controle do Partido, Winston passa a dedicar-se cada vez mais ao relacionamento que lhe permitiu tal despertar. Paulatinamente, os seus atos vão se tornando mais audaciosos e o seu desejo de estar ao lado de Júlia é progressivamente maior. Isso nos leva ao momento em que o protagonista dá um passo decisivo na direção do idílio amoroso e do pesadelo da readaptação: ele aluga um pequeno quarto no primeiro andar de uma loja no bairro dos proles.

Desejou, acima de tudo, que tivessem um lugar onde ficar a sós, sem sentir obrigação de fazer amor, cada vez que se encontravam.

Não foi exatamente naquele instante, mas no dia seguinte, que lhe ocorreu alugar o quarto do antiquário. Quando sugeriu o plano a Júlia, ela concordou com inesperada presteza. Ambos sabiam ser loucura. Era como se dessem, de propósito, um passo para o túmulo. Sentado na beira da cama, Winston tornou a pensar nos porões do Ministério do Amor. Era curioso que aquele horror se acendesse e apagasse na sua consciência [...]. Não era possível evitá-lo, mas talvez fosse adiá-lo; e, no entanto, em vez disso, de quando em quando, ele encurtava a vida, por um ato consciente, voluntário. (ORWELL, 2003, p. 136).

A aparente contradição nos pensamentos da personagem representa convenientemente o profundo paradoxo que acompanha o desenvolvimento de sua relação com Júlia. Ao escrever o diário e declarar-se como um homem morto, Winston nada mais tem a fazer senão prolongar ao máximo o tempo que ainda lhe resta. E é justamente nesse momento que o protagonista começa a viver de forma cada vez mais apaixonada, de maneira que os poucos meses ou anos adiante dele passem a ser insuficientes.

O casal acaba por formar um espaço de realização pessoal e amorosa dentro de um contexto em que tal ação parece, a princípio, inalcançável. Em outros termos, as personagens formam um núcleo utópico dentro da distopia, o que constitui, indubitavelmente, o clímax do relacionamento entre os dois.

Sujo ou limpo, o quarto era um paraíso [...]. Agora que possuíam um esconderijo seguro, quase um lar, já não lhes parecia tão mau encontrar-se raramente, e apenas por algumas horas. O que importava era a existência do quarto sobre a loja do antiquário. Saber que estava lá, inviolado, era quase que o mesmo que estar nele. (ORWELL, 2003, p. 146).

Jerzy Szachi, ao discorrer sobre as utopias escapistas, salienta que o espaço utópico não precisa necessariamente ser projetado em um país distante e desconhecido. “Cada realidade pode aparecer como a utopia, desde que seja apropriadamente sublimada e apresentada como ideal em oposição à realidade em que vive o utopista” (SZACHI, 1972, p. 36).

Dessa forma, o pequeno refúgio das personagens reúne as características de uma idealização utópica escapista e centrada em um espaço concreto bem determinado.

Entre as quatro paredes do quarto, os amantes conseguem recuperar muitos objetos esquecidos e redescobrir muitos sentimentos apagados depois da revolução do Ingsoc, projetando ludicamente as possibilidades de um novo futuro. “Com frequência se entregavam a sonhos escapistas conscientes. A sorte haveria de ajudá-los, indefinidamente, e continuariam a aventura até o fim da vida natural” (ORWELL, 2003, p. 147).

O status doméstico da relação assume valores que, logo além da porta, representam crimes imperdoáveis diante da sociedade oceânica, caracterizando um processo de justaposição de espaços, uma das ferramentas da sátira utilizada por Orwell e própria da utopia. Como afirma Szachi, “toda utopia é uma utopia em relação a uma realidade histórica concreta cuja negação lhe dá origem” (SZACHI, 1972, p. 40). Além disso, a aproximação de elementos contrários não se reduz ao nível espacial. A própria essência da utopia amorosa do casal é formada por uma série de dualismos: paixão e ódio; inocência e sexualidade; medo e coragem; esperança e desespero. “Viver dia a dia, semana a semana, esticando um presente que não tinha futuro, parecia um impulso irresistível” (ORWELL, 2003, p. 147).

Também são importantes os aspectos temporais envolvidos na figuração da utopia em *1984*. Grande parte das formas de idealização utópica se liga, ao mesmo tempo, a um retorno a um passado em que a realidade era mais justa e à projeção de um futuro no qual o melhor regime será alcançado. Szachi afirma que a prospecção representa a grande força das criações utópicas, “mas, não há dúvida que a convicção de que um dia foi melhor pode desempenhar um papel análogo em relação ao presente do utopista” (SZACHI, 1972, p. 49).

Cercados pelos sinais materiais de um passado quase esquecido e inebriados pelo desejo de estender a sua felicidade a um futuro novamente livre do Partido, Winston e Julia estabelecem uma ponte entre essas duas realidades. Nesse sentido, o passado se sobrepõe ao presente, visto de forma depreciativa, e se instala diretamente em uma época futura de resgate e reconciliação. “O tempo utópico é tal que nele o passado e o futuro são desprovidos de toda comunicação com o presente, são simplesmente opostos a ele” (SZACHI, 1972, p. 25).

Contudo, na sociedade distópica, o próprio amor é um elemento que foi banido da realidade presente. Consequentemente, a revitalização do passado já se inicia no relacionamento entre as personagens, estabelecendo automaticamente um processo de recusa à verdade histórica construída pelo Partido e à impessoalidade que impera entre os cidadãos da Oceania.

Winston ficou a meditar vagamente se no passado abolido fora possível dormirem numa cama assim, na frescura de uma noite de verão, um homem e uma mulher sem roupa, fazendo amor quando quisessem, falando do que bem entendessem, sem sentir nenhuma obrigação de levantar, simplesmente largados no leito ouvindo os ruídos pacíficos lá de fora. Não era possível que tivesse havido uma era em que tais coisas fossem comuns. (ORWELL, 2003, p. 139).

Apesar da incredulidade inicial, Winston passa a acreditar que as horas no apartamento representam uma volta a uma época na qual a liberdade individual ainda era possível. Dessa forma, por meio do espaço utópico do casal, os aspectos temporais são problematizados de forma muito interessante: *1984* é uma distopia prospectiva escrita em 1949, na qual dois indivíduos promovem, por meio de seu relacionamento, um retorno ao passado do universo textual, no qual encontram as bases para sonhar com uma nova possibilidade de futuro.

É importante salientar também que a utopia brevemente vivenciada por Winston e Júlia é representada de formas simbólicas distintas.

Primeiramente, o refúgio alugado pelo casal pode ser relacionado com a paisagem idílica onde ocorre o primeiro encontro das personagens, o qual já havia sido vislumbrado pelo protagonista em seus sonhos. Nesse sentido, o imperativo da privacidade como mecanismo de defesa contra a vigilância do Partido, força o casal a trocar o espaço natural pelo esconderijo sobre a loja do senhor Charrington. Contudo, tal processo pode ser visto mais como uma transposição do que uma verdadeira substituição, uma vez que os dois espaços apresentam a mesma potencialidade como idealização utópica. Assim, a chamada “Terra Dourada” é transportada para os limites físicos do quarto onde o relacionamento ganha cada vez mais força.

Além disso, o peso de papéis, adquirido por Winston no próprio antiquário sobre o qual o quarto está localizado, possui uma função simbólica muito clara na obra. Na verdade, a ideia de alugar aquele espaço surge por influência direta desse objeto. “A ideia a princípio lhe viera à cabeça sob forma de uma visão do peso de vidro espelhado pela superfície da mesa de dobrar” (ORWELL, 2003, p. 133). Essa recordação do passado encerra sob a fina camada de cristal de formato oval, um pequeno pedaço de coral, possivelmente retirado do Oceano Índico. Uma lembrança de outras terras, de outras vidas e de outras realidades que, apagadas pelo tempo e pela distância, apenas existem debaixo da frágil redoma. O protagonista caracteriza de forma similar o diminuto universo doméstico que coexiste com a sociedade totalitária do Grande Irmão. “O quarto era um mundo, uma redoma do passado, onde sobreviviam animais extintos” (ORWELL, 2003, p. 146).

Christopher Small salienta que,

O peso de papéis, uma antiguidade, pertence ao passado assim como o quarto, ‘bolsa do passado’; na verdade, ele é realmente o passado, não o passado verdadeiro ou interpretado, cuja verdade se mostra difícil de ser lembrada, mas um passado ideal que é ao mesmo tempo uma posse e uma fuga⁸⁸. (SMALL, 1975, p. 157).

Em termos mais amplos, esse objeto representa o próprio espaço utópico onde as personagens constroem o paraíso para os seus instintos e sentimentos. A utopia e o seu característico congelamento produzido pelo ideal de perfeição são vislumbrados através da superfície transparente e delicada que envolve de um lado o pedaço de coral e, de outro, os sonhos de Winston e Júlia.

Winston só se levantou dali a uns dois minutos. O quarto escurecia. Voltou-se para a luz e ficou examinando o peso de papéis. O que lhe oferecia infinito interesse não era o fragmento de coral, porém o interior do vidro em si. Tinha tremenda profundidade e, no entanto, era quase transparente como o ar. Como se a superfície do vidro fosse a abóbada celeste, contendo um pequenino mundo, completo com sua atmosfera. Winston tinha a impressão de poder penetrá-lo, e que de fato estava nele, junto

com a cama de mogno e a mesa dobradiça, o relógio, a gravura em aço e o próprio peso de papéis. O peso de vidro era o quarto em que estava, e o coral era vida de Júlia e a dele, fixadas para a eternidade no coração do cristal. (ORWELL, 2003, p. 142).

Do progresso da relação, redundam diversas consequências positivas, do ponto de vista físico e psicológico, para o protagonista. A presença de Júlia e o afastamento da realidade bruta que marcou toda a sua vida fazem com que o protagonista alcance um estado de paz interior que é contrastado pelo clima de fanatismo que movimenta a chamada Semana do Ódio. Poderíamos dizer que, pela primeira vez em sua vida, Winston se aproxima da felicidade. “O processo da vida cessara de ser intolerável, e não sentia mais ímpetos de fazer caretas para a teletela nem de gritar nomes feios” (ORWELL, 2003, p. 145).

Tão acentuada mudança nas condições de vida impulsiona as personagens a ultrapassarem os limites do escapismo e idealizarem aquilo que Szachi conceitua como utopia heroica, ou seja, aquela que se baseia em um plano de ação para a concretização de um determinado modelo. Os amantes decidem se unir à Fraternidade e tentar estender o modo de vida desfrutado por eles entre quatro paredes para outros indivíduos, mesmo que o esforço redunde em um processo de conscientização, cujos resultados só venham a ser atingidos em um futuro ainda muito distante. “O futuro era deles. Mas era possível participar desse futuro mantendo o espírito vivo como eles mantinham o corpo, e passar adiante a doutrina secreta de que dois e dois são quatro” (ORWELL, 2003, p. 212).

Segundo Teixeira Coelho, o caminho evolutivo natural do pensamento utópico é justamente o de se iniciar na esfera subjetiva e progressivamente se desenvolver na direção da sociedade como um todo. Sobre a gênese da imaginação utópica, o autor afirma que

Ela parte, sim, de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo. Mas, a seguir, ela se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante, que funcionam como elementos mediadores no processo da passagem para o diferente a existir amanhã. (COELHO, 1985, p. 9).

Entretanto, tanto a utopia escapista do casal, quanto o seu intuito heroico, não são fortes o suficiente para sobreviver aos mecanismos de controle mantidos pelo Partido. O idílio amoroso e o impulso revolucionário correspondem aos últimos passos do protagonista para uma queda previamente anunciada, de forma que apenas nos momentos de maior devaneio outra possibilidade além da completa derrota passa pela mente de Winston. Tudo sempre foi uma simples questão de lidar com o tempo que restava da melhor maneira que houvesse. “– Nós somos os mortos – disse ele; – Nós somos os mortos – repetiu Júlia, lealmente; – Vós sois os mortos – ecoou uma voz de ferro, por trás deles” (ORWELL, 2003, p. 212).

Na verdade, todos os elementos que compunham a revolução silenciosa do protagonista só puderam existir porque foram alimentados pelo próprio Estado, de forma que brechas são deliberadamente construídas pelo Partido na estrutura social com o objetivo de atrair e capturar os ideocriminosos. A amizade de O’ Brien é tão falsa quanto a aparente segurança do quarto do senhor Charrington.

O sr. Charrington ainda usava o paletó de veludo velho; mas o cabelo, antes quase todo grisalho, enegrecera de novo. Não usava mais óculos [...]. E a Winston ocorreu que pela primeira vez na vida punha os olhos em um componente da Polícia do Pensamento. (ORWELL, 2003, p. 215).

Com a prisão, a fragilidade do mundo criado por Winston naquele espaço fica exposta, e a utopia, que por algum tempo ali sobreviveu, é destruída da mesma forma que o simbólico peso de papéis. “Houve outro estrondo. Alguém apanhara o peso de papel da mesa e o arrebitara de encontro à lareira. O fragmento de coral, uma partícula crespa de rosa, como um enfeite de bolo, rolou pelo capacho. Que pequenino, pensou Winston, como sempre fora pequenino!” (ORWELL, 2003, p. 214).

Dessa forma, a busca de Winston por verdade e amor se encerra na iminência de sua suposta realização. A liberdade do indivíduo é tolhida no momento de sua maior expressividade. A revolução é derrotada quando mais forte surge um resquício de esperança na vitória. Mas a jornada não se encerra na primeira queda. Chegamos ao lugar para onde os caminhos sempre apontaram: o Ministério do Amor, no qual uma nova forma de poder será exercida e outra forma de compreensão será alcançada.

3.3. O ANTIMÁRTIR

A última parte da trajetória de Winston Smith concentra diversos aspectos importantes para uma análise mais apurada e uma compreensão mais ampla, não apenas de algumas características em relação à psique do protagonista, mas também da sociedade distópica criada por Orwell. Os intermináveis dias nas celas do Ministério do Amor constituem um processo definitivo de aprendizagem, em que se tornam claros os objetivos finais do Partido e se desenvolve um método de autoconhecimento a partir da dor e do medo.

Como procedimento prévio, é conveniente abordar alguns elementos que fornecem indícios, muitas vezes ambíguos, quanto ao desfecho da revolta individual da personagem. Dentre eles, sem dúvida, destaca-se a peculiar relação do protagonista com O' Brien ao longo de toda a narrativa.

Desde o início do texto, Winston revela um profundo fascínio pelo imponente representante do Partido Interno. Os olhares furtivos e os pequenos gestos da personagem produzem no protagonista um sentimento de familiaridade que acaba por ultrapassar os limites da empatia. Winston encontra em O' Brien um companheiro revolucionário mantido à distância pelas contingências do regime, alguém que compartilha o mesmo turbilhão de ideias e emoções contraditórias que constituem a heterodoxia em 1984.

Winston vira O' Brien talvez meia dúzia de vezes em outros tantos anos. Sentia-se profundamente atraído por ele e não apenas por se sentir intrigado pelo contraste entre a urbanidade de O' Brien e o seu físico de pugilista. Era muito mais por causa de uma crença secreta – ou talvez não chegasse a crença, fosse mera esperança – de que não era perfeita a ortodoxia política de O' Brien. Havia em sua fisionomia algo que dava essa impressão. Ou ainda, talvez não fosse ortodoxia o que estava escrito em seu rosto, mas apenas inteligência. De qualquer forma, tinha o aspecto de ser pessoa com quem se podia conversar, se fosse possível fraudar a teletela e falar-lhe a sós. (ORWELL, 2003, p. 13).

Essa atração entre as personagens acaba por se concentrar nas ações aparentemente mais corriqueiras. Em uma sociedade em que os

meios de vigilância, tanto eletrônicos quanto humanos, são extremamente eficientes, a dissimulação é uma ferramenta essencial para os criminosos ideológicos, de forma que um simples movimento dos olhos pode ser altamente significativo. Por outro lado, a ânsia de Winston por encontrar alguém com quem dividir as suas reflexões pode fazer com que a personagem veja intencionalidade e sentido onde tais aspectos não existem. Segundo tal perspectiva, O' Brien jamais teria enganado o protagonista, mas apenas possibilitado que ele consumasse a sua própria destruição.

Momentaneamente, seu olhar encontrara o de O' Brien, que se erguera, tirara os óculos e ia colocá-los no lugar, com um gesto característico. Mas houve uma fração de segundo em que os olhares se encontraram e, enquanto durou, Winston viu – sim, viu! – que O' Brien estava pensando o mesmo que ele. Completara-se uma inequívoca comunicação. Fora como se os dois espíritos se abrissem e os pensamentos de um passassem ao outro, pelos olhos. “Estou contigo”, pareceu dizer-lhe O' Brien. “Sei exatamente o que sentes. Sei tudo de teu desprezo, teu ódio, teu nojo. Mas não te aflijas, estou a teu lado!”. E daí sumira-se a faísca de inteligência e a face de O' Brien tornara-se inescrutável como a de todos. Tais incidentes jamais tinham sequelas. Tudo o que faziam era manter viva, dentro dele, a fé, ou a esperança, de que houvesse outros inimigos do Partido. Afinal de contas, talvez fossem verdadeiros os boatos de vastas conspirações subterrâneas – quiçá existisse mesmo a Fraternidade! (ORWELL, 2003, p. 19).

Ao estabelecermos uma relação com o papel de O' Brien na última seção da obra, consideramos esse diagnóstico de Winston correto pelo menos em parte. Provavelmente, o membro do Partido Interno percebe o conflito incessante que agita o protagonista e reconhece os elementos que compõem essa angústia. Entretanto, as reais intenções por trás dessa compreensão permanecem sem esclarecimento até o início da reeducação final de Winston. “O íntimo olhar que O' Brien um dia dedica a Winston significa em último plano algo muito diferente daquilo que Winston inicialmente espera e acredita. Winston é um intérprete inteligente, mas não infalível”⁸⁹ (FREEDMAN, 1984, p. 603).

Dessa forma, O' Brien figura como uma personagem que se coloca a princípio entre os polos opostos que canalizam o interesse e as emoções da população oceânica, representados por Goldstein e o Grande Irmão, e institucionalmente, pela Fraternidade e pelo Partido. Além disso, ao concluir a leitura da obra percebemos que certos paradoxos acompanham o relacionamento, inicialmente distante, entre Winston e O' Brien.

Primeiramente, a cumplicidade visível nas duas passagens acima é apresentada pelo protagonista como um dos fatores preponderantes na sua decisão de iniciar a escrita do diário. “Fora por causa de outro incidente que de súbito resolvera ir para casa e iniciar o seu diário aquele dia. Sucedera aquela manhã no Ministério, se é possível dizer que sucede algo tão nebuloso” (ORWELL, 2003, p. 12). Assim, Winston inicia o seu movimento de revolta justamente por causa daquele que viria a ser causa da destruição de sua consciência individual. Orwell concentra em O' Brien o início e o fim de toda a narrativa, de forma que Winston apenas caminha entre dois extremos já definidos desde o princípio.

Em um segundo plano, é interessante notar que a imagem de O' Brien e a sua suposta filiação à resistência popular serve por certas vezes de motivação para que o protagonista persevere nas suas atitudes contra o regime, fazendo com que a inspiração da personagem paradoxalmente tenha origem no responsável direto pelo seu fracasso.

De repente a coragem de Winston pareceu fortalecer-se. O rosto de O' Brien, sem ser recordado por nenhuma evidente associação de ideias, surgira-lhe no espírito. E soube, com mais certeza do que antes, que O' Brien estava do seu lado. Estava escrevendo o diário para O' Brien – a O' Brien; era uma espécie de carta interminável, que ninguém leria, mas que era dirigida a uma certa pessoa e por isso adquiria vibração. (ORWELL, 2003, p. 81).

Ao iniciar a escrita do diário, Winston se reconhece como um dos mortos. No entanto, esse reconhecimento apenas se torna realmente palpável quando se dá a sua prisão efetiva. Suas considerações e seu fatalismo, ainda que justificados, ainda se mostram permeados por uma esperança latente de sucesso.

Os leitores são também levados pelo fluxo da narrativa a acreditar que, dentro do próprio Partido Interno, Winston poderia encontrar uma

chance de vitória contra o Grande Irmão. Entretanto, é preciso lembrar que a consanguinidade entre as utopias e as distopias se dá também pelo grau de perfeição, positiva ou negativa, atingido pelas estruturas sociais representadas, de forma que, como vimos em relação ao protagonista, a esperança uma vez inserida dentro de um espaço distópico torna-se essencialmente utópica. Como afirma Jerzy Szachi, “a consciência do mal abre o caminho do sonho” (SZACHI, 1972, p. 123).

Algumas passagens específicas da obra podem ser vistas como especialmente sugestivas em relação ao doloroso processo sofrido pelo protagonista nos últimos capítulos do texto e da real função final de O’ Brien no enredo de *1984*. Primeiramente, Orwell deixa transparecer, por meio do fluxo de consciência do protagonista, a relação direta entre o membro do Partido Interno e o Grande Irmão. Assim como Goldstein, O’ Brien representa a outra face de uma mesma moeda, ou seja, sua suposta heterodoxia constitui apenas mais uma das ramificações do sistema controlador instaurado na Oceania. Até certo ponto, Winston parece reconhecer essa fusão de elementos, mas a sua compreensão não ultrapassa os limites de uma confusa associação de ideias. Como vimos há pouco, o rosto de O’ Brien surge como uma força renovadora dos ideais do protagonista. Entretanto, a invocação de tal imagem ocorre justamente quando Winston observa a capa de um livro escolar que ostenta a figura do líder máximo do Partido. Para James Phelan, essa sobreposição de rostos assume duas funções específicas na obra: a de atribuir ao protagonista uma maior profundidade psicológica e a de revelar as conexões estabelecidas subjetivamente pela personagem que antecipam o final da narrativa. O autor afirma que

Ainda que a visão de O’ Brien surja com força no auge da renovada coragem de Winston, o comentário do narrador sobre a ausência de qualquer associação óbvia direciona o público a complementar essa associação: Winston subconscientemente liga O’ Brien e o Grande Irmão⁹⁰. (PHELAN, 1989, p. 37).

Esse processo se repete de forma inversa nas últimas linhas do Livro I, quando o protagonista é subitamente atacado pela lembrança da face enigmática do Grande Irmão.

Pôs um cigarro na boca. Metade do fumo caiu-lhe na língua, numa poeira amarga difícil de cuspir. O rosto do Grande Irmão surgiu-lhe na mente, deslocando o de O' Brien. Tal como fizera uns dias antes, tirou um níquel do bolso e examinou-o. O rosto fitava-o de frente, pesado, calmo, protetor, mas que espécie de sorriso se ocultava sob o bigode negro? (ORWELL, 2003, p. 102).

Tendo como base esse exemplo, Phelan enfatiza a dupla função desse jogo de imagens na obra: a função mimética representada pelo enriquecimento da psique do protagonista e a função temática que corresponde à problematização do relacionamento entre Winston e O' Brien. Phelan salienta que “Orwell está usando os atributos para aumentar o realismo psicológico do seu tratamento de Winston e, consequentemente, aumentar a extensão de nosso envolvimento emocional com o desdobramento de sua história”⁹¹ (PHELAN, 1989, p. 37).

Além disso, o encontro final entre Winston e o seu algoz nas salas do Ministério do Amor é sugerido já no início do texto. O protagonista descreve um antigo sonho no qual um breve diálogo com um indivíduo desconhecido incita a sua imaginação.

Anos atrás – quantos anos? Devia ser uns sete – sonhara estar caminhando num quarto escuro como breu. E alguém, sentado ao seu lado, dissera ao senti-lo passar: “Tornaremos a nos encontrar onde não há treva”. Fora dito baixinho, sem ênfase – uma declaração, não uma ordem. E ele continuara sem parar. (ORWELL, 2003, p. 27).

Winston recorda essa cena logo após a troca de olhares durante os Dois Minutos, de forma que ele estabelece imediata relação entre a voz nas trevas e a aparente compreensão demonstrada por O' Brien.

O curioso é que, na ocasião, no sonho, as palavras não o haviam impressionado muito. Somente mais tarde, e aos poucos, é que tinham ganho significação. Não podia lembra agora se fora antes ou depois do sonho que vira O' Brien pela primeira vez; nem se lembrava de quando identificara aquela voz como a de O' Brien. Fosse como fosse, existia a identificação. O' Brien lhe falara na escuridão. (ORWELL, 2003, p. 27).

Entretanto, a mesma escuridão que envolve a voz no sonho também cerca os verdadeiros motivos de O' Brien, de maneira que o protagonista decide confiar naquilo que os seus sentidos lhe mostram e que sua consciência lhe aponta como real. Winston, possivelmente motivado pela necessidade de encontrar um ponto de apoio para suas ações, idealiza uma relação de confiança e cumplicidade que, em certo sentido, coloca-o cada vez mais próximo do Ministério do Amor. “Entre eles havia um laço de compreensão mais forte do que o afetou a ideologia. *Tornaremos a nos encontrar onde não há treva*, dissera ele. Winston não sabia o que significava, apenas acreditava que, de um modo ou de outro, seria realidade” (ORWELL, 2003, p. 27) [grifo nosso].

À medida que Winston dá continuidade impunemente aos seus pequenos atos de revolta e inicia o seu relacionamento com Júlia, a realização do antigo sonho assume maior importância em sua trajetória. A possibilidade de encontrar companheiros de causa dentro do próprio Ingsoc e de combater abertamente o regime, a partir de um grupo organizado, povoa os pensamentos do protagonista, fazendo com que ele projete a imagem de um futuro livre da escuridão representada pelo Partido. “O lugar onde não havia treva era o futuro imaginário que nunca se podia ver, mas que, pelo pensamento, se podia partilhar misticamente” (ORWELL, 2003, p. 102).

Quando Winston conversa pessoalmente com O' Brien pela primeira vez e recebe o endereço dele rabiscado em um pedaço de papel, o protagonista percebe que sua revolta atingira um ponto crítico no qual retroceder se tornara impossível e o destino a sua frente se caracterizava como irremediavelmente decidido. Ainda que a personagem demonstre, em outros momentos, nutrir a esperança de derrotar o Partido, ao final da conversa com o seu possível aliado, ela apresenta uma análise consistente de sua própria situação.

Sabia que mais cedo ou mais tarde obedeceria ao chamado de O' Brien. Talvez amanhã, talvez após longa espera... não tinha certeza. O que estava acontecendo era apenas o desenvolvimento de um processo iniciado muitos anos antes. O primeiro passo fora um pensamento secreto, involuntário, o segundo fora o início do diário. Passara das ideias às palavras, e agora das palavras aos atos. O último passo era algo que teria lugar no Ministério

do Amor. Ele o aceitara. O fim estava contido no começo. Mas era assustador, ou mais exatamente, era um prenúncio de morte, como se estivesse menos vivo. Até mesmo falando com O' Brien, um tiritar de frio se apossara do corpo de Winston, quando o significado das palavras calou em seu íntimo. Tivera a sensação de pisar na terra úmida de um túmulo, e não era consolo algum saber que o túmulo lá estava, a sua espera. (ORWELL, 2003, p. 154).

Nesse sentido, a aproximação de O' Brien exerce um papel similar ao de Júlia no enredo: tanto o convite para uma visita residencial quanto a declaração criminosa de amor proporcionam ao protagonista momentos de êxtase que o aproximam cada vez mais da destruição. No momento em que o casal se apresenta no endereço fornecido por O' Brien e ouve dos próprios lábios do membro do Partido Interno que eles voltarão a se encontrar onde não há treva, o último passo é finalmente dado na direção das celas continuamente iluminadas do Ministério do Amor.

Contudo, a morte não é o resultado imediato da revolta de Winston. A intenção do Partido não é a de simplesmente aniquilar o indivíduo consciente e perigoso, mas a de inseri-lo novamente na sociedade como um sujeito produtivo e normalizado. O simples assassinato utilizado como punição para um crime ideológico tão grave como o de Winston representaria a confirmação de um insucesso do sistema de controle que sustenta o regime como um todo. Para que tal processo seja bem-sucedido, não basta condicionar o indivíduo, seja pela força ou pelo medo, a aceitar os desígnios do Grande Irmão. É necessário que o ideocriminoso assuma esses princípios como seus e participe de forma completamente sincera da idolatria que impera na sociedade oceânica. Só então o Partido terá logrado vitória sobre o espírito humano e sobre a individualidade. Como afirma Jeffrey Meyers, “no romance de Orwell, o regime é tão repressivo que consegue desintegrar totalmente a personalidade daqueles que resistem e fazer com que os Winston Smiths acreditem naquilo que eles sabem que é falso”⁹² (MEYERS, 1975, p. 151).

Essa readaptação forçada, ao longo da qual o indivíduo tem a sua consciência sumariamente destruída, representa um dos horrores ainda desconhecidos pelo protagonista. Até então, o maior temor de Winston esteve diretamente relacionado à constante ameaça da “não-existência”, isto é, o perigo do completo apagamento de qualquer traço concreto

que comprovasse a sua vida. Tal negação da realidade física e mental do indivíduo, assim como a sua total exclusão dos registros históricos, representa para o protagonista um destino muito pior do que a morte. “Se o Partido tem o poder de agarrar o passado e dizer que este ou aquele acontecimento nunca se verificou – não é mais aterrorizante do que a simples tortura e morte?” (ORWELL, 2003, p. 36).

A partir daí, poderíamos estabelecer uma relação com os campos de concentração onde indivíduos arbitrariamente considerados inumanos eram desapropriados das características que os definiam como indivíduos e violentamente exilados do fluxo da história. Para esses “não-sujeitos”, a morte constituía apenas o ponto final de uma existência que, em termos práticos, já fora encerrada. Como afirma Jean Baudrillard, “nos campos de concentração, mais do que a vida, era a morte que era exterminada. Os prisioneiros eram desprovidos de suas mortes – mais mortos do que mortos, desaparecidos”⁹³ (BAUDRILLARD, 1994, p. 98).

Em 1984, esse é exatamente o destino daqueles que se tornam indesejáveis na sociedade, seja pela impertinência investigativa, seja pelo inoportuno despertar de alguma forma, mesmo embrionária, de individualidade. Assim como os eventos históricos, os indivíduos simplesmente deixam de existir e aqueles que os conheceram, por meio da técnica do duplipensar, apagam de suas mentes qualquer lembrança referente a esses sujeitos. Podemos citar como exemplo a personagem Syme, linguista e companheiro de Winston durante as refeições. Sua capacidade crítica em relação ao próprio trabalho o transforma em alguém potencialmente perigoso para a estabilidade do regime, ocasionando um repentino procedimento de apagamento.

Qualquer dia refletiu Winston, com convicção profunda e repentina, Syme será vaporizado. É inteligente demais. Vê demasiado claro e fala sem subterfúgios. O Partido não gosta de gente assim. Um dia ele desaparecerá. Está na cara [...]. Syme desaparecerá. Um dia faltou ao trabalho: alguns levianos comentaram sua ausência. No dia seguinte ninguém mais falou dele. No terceiro dia, Winston foi ao vestibulo do Departamento de Registro examinar o indicador geral. Um dos avisos era uma lista impressa de membros do Comitê de Xadrez do qual Syme fizera parte. Tinha quase o mesmo aspecto que antes – nada fora riscado – mas

faltava um nome. Bastava. Syme deixara de existir: nunca existira. (ORWELL, 2003, p. 55, 143).

Entretanto, Winston é inimigo do regime e um elemento desestabilizador da ordem estabelecida, de maneira que o processo punitivo deve ser distinto daquele aplicado a outros indivíduos. O Partido não pode permitir que ideais heterodoxos ainda íntegros acompanhem o extermínio físico do sujeito. Margaret Canovan, ao comentar a teoria de Hannah Arendt sobre o totalitarismo, afirma que “ele não mata simplesmente as pessoas, mas primeiro erradica a individualidade delas e as suas capacidades de ação. Qualquer espontaneidade remanescente estaria no caminho da completa dominação”⁹⁴ (CANOVAN apud ARENDT, 2000, p. 26).

Assim, o protagonista não deve ser enterrado como um mártir de uma ideologia revolucionária. A personagem precisa primeiramente ser adaptada ao modelo de conduta por ela convulsionado: o de um cidadão modelo, fiel a todas as diretrizes do Ingsoc e combatente daqueles que desafiam os princípios que regem a sociedade. Sob a égide do Grande Irmão, o corpo deve sobreviver à completa destruição dos ideais e o martírio não constitui um caminho para a glória do indivíduo. As palavras de O’ Brien na longa passagem a seguir não apenas demonstram os conceitos envolvidos na desmitificação do exemplo revolucionário, mas também lançam alguma luz sobre as reflexões de Orwell em relação aos dispositivos totalitaristas de supressão dos movimentos de revolta.

A primeira coisa que debes entender é que neste lugar não há mártires. Leste a história das perseguições religiosas na Idade Média, quando havia a Inquisição. Foi um fracasso. Tinha por intuito erradicar a heresia, e por fim só conseguiu perpetuá-la. Para cada herege queimado na fogueira, surgiam milhares de outros [...]. Os homens morriam por se recusarem a abandonar as suas verdadeiras crenças. Naturalmente, toda a glória pertencia à vítima e a vergonha ao inquisidor que a queimava. Mais tarde, no século vinte, houve os chamados totalitários. Os nazistas alemães e os comunistas russos. Imaginavam ter aprendido com os erros do passado; sabiam, aos menos, que era preciso não fazer mártires. Antes de exporem suas vítimas ao julgamento público, procuravam destruir-lhes deliberadamente a dignidade. Abatiam-nos pela tortura e a solidão, até se

transformarem em desprezíveis réprobos, confessando o que lhes fosse posto na boca, cobrindo-se de infâmia, acusando-se e abrigando-se atrás dos outros, choramingando misericórdia. E no entanto, apenas alguns anos mais tarde, a mesma coisa acontecia de novo. Os mortos se haviam transformado em mártires, e fora esquecida a sua degradação [...]. Nós não cometemos erros desse gênero. Todas as confissões feitas aqui são verdadeiras. Nós as tornamos verdadeiras. E, acima de tudo, não permitimos que os mortos se levantem contra nós. Deves deixar de pensar que a posteridade te vindicará, Winston. A posteridade jamais ouvirá falar de ti. Serás totalmente eliminado da história. (ORWELL, 2003, p. 241, 242).

Parece-nos claro que o autor desenvolve, por meio da voz da personagem, um recorte evolutivo dos mecanismos repressivos e punitivos das instituições totalitárias, colocando a sociedade representada em *1984* como o auge da especialização desse processo. Tal perspectiva enfatiza ainda mais o grau de idealização sobre o qual se baseia o espaço ficcional, colocando em evidência a meticulosa funcionalidade dos modelos utópicos e distópicos.

É importante salientar que ainda que Winston tivesse alguma ideia dos terríveis procedimentos que eram praticados pelos torturadores do Partido, suas conclusões jamais ultrapassaram os limites da ingenuidade especulativa e, conseqüentemente, permitiram a conservação de um resquício de esperança na inviolabilidade de seu espírito.

Não sabia o que acontecia dentro do Ministério do Amor, mas era possível adivinhar: torturas, drogas, delicados instrumentos que registravam as reações nervosas do paciente, e o desgaste gradual pela falta de sono, pela solidão, pelo interrogatório persistente. Pelo menos, seria impossível ocultar fatos. Podiam ser encontrados pela pergunta e arrancados pela tortura. Mas se o objetivo era não tanto continuar vivo como continuar humano, que diferença poderia fazer, no fim? [...]. Podiam desnudar, nos mínimos detalhes, tudo quanto houvesse feito, dito ou pensado; mas o âmago do coração, cujo funcionamento é um mistério para o próprio indivíduo, continuava inexpugnável. (ORWELL, 2003, p. 161).

Entretanto, o protagonista desconhece a extensão e a eficiência dos mecanismos de poder utilizados pelo Partido. O íntimo humano é justamente a matéria-prima bruta a ser moldada pelo cinzel doutrinário do Ingsoc. O desconhecimento do indivíduo em relação às profundezas de sua própria consciência não significa que a estrutura social seja incapaz de direcioná-la segundo os seus próprios interesses. Se, como afirma Michel Foucault, “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 1981, p. 148), o objeto de estudo que norteia a formação de um saber específico nas sociedades de controle só pode ser o próprio indivíduo. Assim, a forma pela qual esse conhecimento é instrumentalizado na punição dos ideocriminosos escapa às mais delirantes abstrações de Winston Smith. Contudo, o terrível esclarecimento desses aspectos surge ainda no início da readaptação, novamente a partir da voz de O’ Brien.

Quando finalmente te renderes a nós, deverá ser por tua livre e espontânea vontade. Não destruímos o herege porque nos resista; enquanto nos resiste, nunca o destruímos. Convertemo-lo, capturamos-lhe a mente, damos-lhe nova forma. Nele queimamos todo o mal e toda a alucinação; trazemo-lo para o nosso lado, não em aparência, mas genuinamente, de corpo e alma [...]. Compreende isso antecipadamente. Havemos de te esmagar até o ponto de onde não se volta [...]. Tudo estará morto dentro de ti. Nunca mais serás capaz de amor, amizade, ou alegria de viver, riso, curiosidade, coragem, ou integridade. Serás oco. Havemos de te espremer, te deixar vazio, e então saberemos como te preencher. (ORWELL, 2003, p. 243, 244).

Novamente, é preciso salientar o tom acentuadamente sarcástico que permeia os objetivos do Partido nos processos físicos e mentais da reeducação do protagonista. Assim como nas seções anteriores da obra, o Livro III reúne características de diferentes gêneros literários que inserem o leitor na atmosfera violenta e perturbadora que se estende até as últimas páginas do texto. Se, por um lado, as punições infligidas em Winston são descritas com um realismo por vezes inquietante, por outro, os meios utilizados na tortura são figurados a partir da extrapolação de práticas similares desenvolvidas por governos do mundo factual. Além disso, o propósito que estimula todo o aparato disciplinador dos

porões do Ministério do Amor é uma sátira aos erros e fracassos cometidos pelos governos totalitários que existiram até então. Além disso, a parte final da explicação de O' Brien, na qual a personagem afirma que o objetivo do Partido é simplesmente a solidificação do poder, corresponde a outro elemento satírico da obra, articulado como um ataque direto aos regimes totalitários. A soma desses elementos enfatiza a diversidade de fontes e de perspectivas envolvidas na criação do universo distópico. Como salienta Carl Freedman, “nada no livro é mais vívido e mais naturalista do que as agonias físicas e mentais que Winston sofre no Ministério do Amor. Nada é mais satírico do que a explicação final dada para essas agonias”⁹⁵ (FREEDMAN, 1984, p. 613).

Como afirmamos anteriormente, por meio de todo esse sofrimento, Winston alcança um conhecimento mais profundo em relação ao Partido, desenvolvendo também uma dolorosa jornada de autoconhecimento. A profundidade dos porões do Ministério serve como metáfora para a contínua imersão da personagem no abismo ainda desconhecido de sua própria consciência. Christopher Small ao reconhecer essa conexão afirma que

As primeiras celas de tortura já estão abaixo do nível do solo, mas a Sala 101, o destino final, está muitos metros no subsolo, tão profundo quando era possível chegar. Ele [*Winston*] vai até o fundo; ou, pelo menos, longe o suficiente para ver que o buraco íntimo, no qual ele é forçado a entrar, é na verdade sem fundo⁹⁶. (SMALL, 1975, p. 153).

Em uma das páginas de seu diário, Winston escreveu: “*Compreendo como: não compreendo POR QUÊ*” (ORWELL, 2003, p. 80). Essa frase é retomada por O' Brien que, de posse do pequeno caderno, discorre sobre as etapas a serem ultrapassadas pelo criminoso ideológico a partir do momento de sua prisão: “há três estágios na tua reintegração – disse O' Brien. – Aprender, compreender e aceitar” (ORWELL, 2003, p. 249).

O primeiro deles é substancialmente alterado devido ao conhecimento e à consciência crítica evidenciada por Winston na citação em seu diário. O protagonista pouco tem a aprender sobre o funcionamento da rede de controle mantida pelo Partido. Mesmo o livro negro,

entregue a ele pelo próprio O' Brien, se restringe à descrição dos resultados práticos dos dispositivos de poder. "Refletiu que ainda não aprendera o segredo final. Compreendia como; ainda não entendia por que. O Capítulo I, como o III, não lhe dissera nada que já não soubesse; apenas sistematizara o conhecimento que já possuía" (ORWELL, 2003, p. 209).

Assim, a primeira fase da readaptação do protagonista se concentra em torturas físicas e psicológicas que têm o objetivo não apenas de arrancar confissões forçadas sobre os mais diferentes assuntos, mas também de vergastar o corpo e o espírito, preparando o indivíduo para o nível seguinte: a compreensão.

Entretanto, é importante salientar que, dentro do Ministério do Amor, Winston experimenta, provavelmente pela primeira vez em toda sua vida, a terrível consistência e o poder inquestionável da dor. O protagonista, que sempre vivera imerso em um completo estranhamento em relação à realidade que o cercava, encontra, na consciência da fragilidade física gerada pela tortura, uma verdade concreta e assustadora sobre si mesmo e seu mundo. Essa percepção corresponde ao primeiro ponto de contato efetivo da personagem com os verdadeiros princípios que regem a Oceania, elucidados posteriormente por O' Brien e sintetizados na seguinte afirmação: "o progresso em nosso mundo será o progresso no sentido de maior dor" (ORWELL, 2003, p. 255).

Já do ponto de vista psicológico, a tortura inicial assume outro escopo. A agressão física ou simplesmente a ameaça de sua realização são transformadas por O' Brien em ferramentas de imposição argumentativa que facilitam o processo de aceitação por parte de Winston. Tal procedimento, porém, não é tão unilateral quanto poderíamos supor em um primeiro momento. O discurso proferido pelo torturador é, em certa medida, embasado e complementado por reflexões já desenvolvidas pelo próprio protagonista, ao menos até o momento do choque direto entre as perspectivas das duas personagens.

Primeiramente, Winston deixa claro nos primeiros capítulos do livro que na sociedade oceânica a única forma de liberdade imaginável para o indivíduo se restringe a um ínfimo espaço dentro do crânio. Por meio dessa concepção, a personagem atribui à consciência individual a formação de conceitos e a adoção de princípios que podem ser congruentes ou não com o universo externo dos sujeitos. Se, a partir do ambiente hostil mantido pelo regime totalitário, o princípio da liberdade

só pode ser preservado no abrigo da mente, então, a noção daquilo que supostamente corresponde à realidade também pode ser manipulada individualmente. Essa visão solipsista transforma-se em um refúgio para o protagonista que, mesmo reconhecendo a sua inevitável derrota diante do Partido, acredita na impenetrabilidade do seu íntimo e na sobrevivência de sua consciência, ainda que o seu corpo seja completamente destruído.

Paradoxalmente, o mesmo tipo de abordagem serve como ponto de partida para O' Brien em sua tarefa de reeducação. Quando a personagem diz que “controlamos a matéria porque controlamos a mente. A realidade está dentro da cabeça” (ORWELL, 2003, p. 253), ele está reafirmando, a partir de outro ponto de vista, as conclusões que a personagem atingira. Ao reconhecer que a consciência individual define aquilo que é reconhecido como real, o Partido gera mecanismos capazes de subverter tal processo e normalizar o modo pelo qual os diferentes indivíduos enxergam o mundo em que vivem. É justamente nesse ponto que as perspectivas de Winston e do Partido assumem caminhos opostos.

O' Brien, que nesse momento do texto personifica os ideais do Ingsoc, coloca em questão o conceito aparentemente paradoxal de um solipsismo coletivo, a partir do qual surge um modelo de realidade ao mesmo tempo individualizado e comum a todos os cidadãos. Nesse ponto, a sátira de Orwell em relação aos ideais e projetos utópicos é clara, uma vez que o utopista, tendo como base pouco mais do que seus próprios conceitos, sempre aspira por construir ou reconstruir o espaço social, atendendo supostamente aos anseios de toda uma população ou de toda a humanidade. “A utopia de um homem é o pesadelo de outro – particularmente de um homem desiludido”⁹⁷ (ELLIOT, 1970, p. 87).

Em *1984*, a interferência direta dos mecanismos de poder condiciona os sujeitos não só a conceber o mundo de acordo com as diretrizes do Partido, mas também a alterar as suas concepções sempre que isso se mostre necessário. Small aprofunda essa reflexão ao afirmar que

O solipsismo é obviamente e imutavelmente dependente do indivíduo autônomo, uma consciência solitária separada de todas as outras e tendo como certeza apenas si mesma: como tal ele é logicamente fechado a ataques. Mas o que O' Brien está realmente dizendo não é realmente uma proposição filosófica, mas

meramente um comentário social, segundo o qual a “verdade” é equivalente à opinião recebida, a opinião da maioria ou daqueles capazes de impô-la; e assim, socialmente falando, ocorrem ilusões coletivas⁹⁸. (SMALL, 1975, p. 155).

Assim, cada indivíduo é direcionado a participar voluntariamente de uma ilusão coletiva enraizada na idolatria política, no ufanismo nacionalista, na infalibilidade do Partido e na fluidez do processo histórico. A liberdade individual de criar e recriar a visão daquilo que é considerado real não é aniquilada, mas reestruturada e normalizada. Nesses termos, encontramos um novo sentido para o lema *Liberdade é Escravidão*. Como salienta o próprio O’ Brien,

A palavra que estás procurando encontrar é “solipsismo”. Mas estás enganado. Não é solipsismo. Solipsismo coletivo, se quiseres. Mas é diferente: na verdade, é o oposto. Tudo isto não passa de digressão – acrescentou em tom mudado. – O verdadeiro poder, o poder pelo qual temos de lutar dia e noite, não é o poder sobre as coisas, mas sobre os homens. (ORWELL, 2003, p. 254).

A capacidade de aliar ideias contrárias e reestruturar todo o fluxo de pensamento sobre um assunto específico em questão de segundos se mostra fundamental para o sucesso da padronização da realidade caracterizada pelo solipsismo coletivo. Carl Freedman atenta para tal aspecto e caracteriza-o como um dos elementos satíricos mais importantes da obra. Afirma o autor que “[*O duplipensar*] é mais uma das teses satíricas chave do texto. Completa o solipsismo coletivo do Partido, o qual é primeiramente possível devido à completa falsificação e fabricação de documentos”⁹⁹ (FREEDMAN, 1984, p. 608).

Winston Smith não possui meios concretos para se proteger do discurso homogeneizador de O’ Brien. Debilitado fisicamente e desgastado pelos constantes interrogatórios, o protagonista tenta preservar sua consciência agarrando-se a um truísmo previamente registrado em seu diário: “*a liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Admitindo-se isto, tudo o mais decorre*” (ORWELL, 2003, p. 82).

Dessa forma, o protagonista tenta resguardar o seu vínculo com uma realidade subjetiva e externa ao controle do Partido. Uma vez que

as mentes e os registros são controlados pelo Ingsoc, resta como proteção à personagem o reconhecimento de fatos indiscutivelmente comprovados pelos sentidos. Marilena Chauí afirma que “certezas como essas formam nossa vida e o senso comum de nossa sociedade, transmitido de geração a geração, e, muitas vezes, transformando-se em crença religiosa, em doutrina inquestionável” (CHAUÍ, 2000, p. 247). A autora salienta ainda que esses dogmas criados e alimentados nas diversas sociedades são ao mesmo tempo próprios de cada indivíduo e característicos de todo o grupo social.

Contudo, na sociedade distópica, mesmo os truísmos são passíveis de manipulação. Assim como no caso do solipsismo, o conceito de senso comum é absorvido e reestruturado pela estrutura social, de maneira a vir compor a sua complexa rede de poder. Tudo aquilo que é determinado pelo Partido deve ser imediatamente considerado como natural, irrefutável e permanente, pelo menos até que uma nova diretriz seja divulgada.

- Quantos dedos tenho aqui, Winston?
- E se o Partido disser que não são quatro, mas cinco... quantos?
- Quatro.
- A palavra acabou numa exclamação de dor.
- [...]
- Que posso fazer? – choramingou – Como posso deixar de ver o que está diante dos meus olhos? Dois e dois são quatro.
- Às vezes, Winston. Às vezes são cinco. Às vezes são três. Às vezes são as três coisas ao mesmo tempo.
- [...]
- Quantos dedos estou mostrando, Winston?
- Não sei. Não sei. Me matas, se me deres dor outra vez. Cinco, quatro, seis... sinceramente, não sei.
- Está melhor. (ORWELL, 2003, p. 238, 239, 240).

Assim, percebemos que a tentativa de proteção desempenhada por Winston fracassa diante da força desproporcional da ortodoxia e do duplipensar. É interessante notar que encontramos aqui outra das várias inversões que compõem a narrativa. Enquanto no universo factual o senso comum é normalmente desafiado pelo conhecimento científico,

em 1984, o truismo defendido pelo protagonista corresponde ao máximo de cientificismo a que ele pode recorrer diante das incoerências práticas impostas pelo Partido. Small analisa esse recurso satírico da seguinte forma:

Winston, como o guardião da verdade, pode agora se apoiar apenas em uma tautologia, que $2 + 2 = 4$. O próprio Orwell, retornando muitas vezes a essa fórmula e ao medo de que a tirania pudesse ordenar que $2 + 2 = 5$, parece tê-la utilizado ao mesmo tempo como símbolo do senso comum, aquilo que todos sabem, e como um exemplo mínimo de conhecimento científico¹⁰⁰. (SMALL, 1975, p. 154).

Porém, os efeitos desse processo vão além da desvinculação do protagonista da realidade objetiva que ele criara para si mesmo. O' Brien visa destitui-lo de suas habilidades críticas e argumentativas mais simples, para então obrigá-lo a compreender definitivamente os princípios do Partido. "O ataque de O' Brien sobre a mente de Winston tem como objetivo destruir ao mesmo tempo a confiança do protagonista nas "leis da ciência" [...] e os seus poderes internos de julgamento, sua capacidade de somar dois e dois"¹⁰¹ (SMALL, 1975, p. 154).

É interessante notar que a caracterização de O' Brien como o algoz de Winston é apenas uma das diversas facetas apresentadas pela personagem ao longo da última parte da obra. Ainda que o membro do Partido Interno seja o responsável direto pela imposição da dor e do sofrimento, o protagonista continua a acreditar que existe um elo mais forte entre os dois, um ideal de cumplicidade que sobrevive alheio à ideologia política. Assim, O' Brien assume funções múltiplas e muitas vezes contraditórias nos porões do Ministério do Amor.

Era O' Brien quem tudo dirigia. Mandara os guardas atacarem e os impedia de o matarem. Era quem decidia quando Winston devia gritar de dor, quando devia se aliviar, quando comer, quando dormir, quando levar injeção no braço. Era quem fazia as perguntas e sugeria as respostas. Era o atormentador, o protetor, o inquisidor, o amigo. E uma vez – Winston não podia se lembrar se fora durante o sono natural, ou dopado, ou mesmo

num momento de lucidez – uma voz murmurou no seu ouvido: “Não te preocupes, Winston; estás sob minha guarda. Há sete anos que te vigio. Agora chegou o grande momento. Eu te salvei, eu te farei perfeito”. Não estava seguro de que fosse a voz de O’ Brien. Mas era a mesma voz que lhe dissera “Tornaremos a nos encontrar onde não há treva”, naquele outro sete anos atrás. (ORWELL, 2003, p. 233).

Em outros momentos, O’ Brien assume a gravidade de um educador ou de um clérigo que tenta despertar a consciência de seu interlocutor para a verdade contida em suas palavras. Seja qual for o papel desempenhado, Winston reconhece uma proximidade entre os dois que não pode ser simplesmente apagada pela crueldade das ações.

Nunca o estimara tão profundamente quanto naquele momento, e não apenas por ter parado a dor. Voltara a velha sensação de que no fundo não tinha importância que O’ Brien fosse amigo ou inimigo. Era uma pessoa com quem se podia conversar. Talvez não quisesse ser tão estimado quanto compreendido. O’ Brien o torturava, levava-o à beira da loucura e, dentro em breve, certamente o mandaria à morte. Não fazia diferença. Num sentido qualquer, que ia mais fundo que a amizade, eram íntimos; nalguma parte, embora as palavras jamais fossem ditas, havia um lugar onde poderiam encontrar-se e falar. (ORWELL, 2003, p. 240).

Possivelmente, tal sentimento de ligação seja proveniente da extrema impessoalidade que, como afirmamos anteriormente, domina as relações entre indivíduos na Oceania. Nesse contexto, a solidão de Winston durante praticamente toda a sua vida faz com que ele se sinta aliviado por encontrar alguém com quem possa falar abertamente sobre si mesmo. A ânsia do protagonista por encontrar um ouvinte para o seu monólogo interior motivara a escrita do diário e, nesse momento, transforma a própria sala de torturas em um espaço de libertação para os pensamentos suprimidos por tantos anos, ainda que tal processo redunde na aniquilação dessas mesmas ideias.

O’ Brien, por sua vez, demonstra um acentuado interesse pela mente de Winston e oferece reciprocidade à estima declarada

pelo protagonista. Contudo, o ponto de vista do membro do Partido Interno é substancialmente diferente: para O' Brien, os crimes cometidos por Winston são sinais inegáveis do comportamento característico dos insanos, o que o torna responsável pelo “tratamento” e pela “cura” da personagem, assim como um médico em relação ao seu paciente.

– Dou-me a esta trabalhadeira contigo, Winston, porque vales a pena. Sabes perfeitamente qual é o teu mal. E sabes há muitos anos, embora lutasses contra o conhecimento. És mentalmente desequilibrado. Sofres de memória defeituosa. És incapaz de recordar acontecimentos reais e pensas que te lembras de outros, que nunca tiveram lugar. Felizmente, é curável. Não te curaste, porque preferiste não te curar. Não te dispuseste a fazer um esforcinho. Neste mesmo instante, sei que te agarras à tua doença, sob a impressão de que é uma virtude. (ORWELL, 2003, p. 234).

Nessa passagem, a personagem se refere à incapacidade de Winston em aceitar a prática do duplipensar e, conseqüentemente, de acreditar na mutabilidade do passado. O' Brien patologiza as ações contestatórias do protagonista, estabelecendo uma análise mais centrada na psique do prisioneiro do que nos seus atos criminosos. Ao relembrar, no ensaio “Such Such Were the Joys”, a sua experiência na rígida e disciplinadora escola de St. Cyprian, Orwell afirma que, em muitos casos, o exercício do poder sobre o indivíduo não tem como único objetivo a punição dos desvios de comportamento, mas também um ideal de ser humano a partir do qual todo sujeito é julgado e normalizado.

O próprio O' Brien esclarece o objetivo central de seu trabalho:

Queres que diga por que foste trazido aqui? Para te curar! Para te salvar da loucura! Compreenderás, Winston, que ninguém, dos que trazemos a este lugar, sai de nossas mãos sem estar curado? Não estamos interessados nos estúpidos crimes que cometeste. O Partido não se interessa pelo ato físico; é com os pensamentos que nos preocupamos. Não apenas destruímos os nossos inimigos; nós os modificamos. (ORWELL, 2003, p. 241).

Diante dessa forma de julgamento, a preservação de memórias individuais se caracteriza como um sintoma agravante do estado de desequilíbrio diagnosticado em Winston. Uma vez mais, estamos diante de uma inversão acentuadamente satírica praticada por Orwell. Dentro do universo da distopia, a consciência crítica e o discernimento são rotulados como aspectos sintomáticos de uma conduta que só pode ser explicada pela doença mental. Dessa forma, o autor enfatiza a sátira sobre a qual se estrutura a sua sociedade ficcional, além de problematizar, em um sentido mais amplo, a questão da loucura nos grupos sociais.

Michel Foucault afirma que o discurso daqueles considerados como loucos é de maneira geral definido pela divergência entre as ideias defendidas e os conceitos que formam, nos mais diferentes grupos sociais, aquilo que previamente é caracterizado como senso comum. Assim, o que ocorre é um choque entre práticas discursivas, sendo uma delas privilegiada pela maioria dos indivíduos em um processo que, muitas vezes, se aproxima da normalização, e, a outra, mantida à margem do espaço socializado ou mitificada pela estranheza que provoca diante dos outros sujeitos.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda a ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

Se aplicarmos à obra orwelliana essa reflexão do filósofo e historiador francês, encontramos alguns pontos de contato interessantes. Primeiramente, Winston carrega latente em sua suposta loucura a semente de uma verdade que não pode ser vista pelos outros membros do corpo social. Suas reflexões sobre a alteração da história, o duplificar e a perfeição da sociedade oceânica são reconhecidas como

análises críticas pertinentes e sensatas apenas pelos leitores da narrativa. Nesse sentido, o protagonista é o último guardião da consciência humana em uma sociedade que perdeu a sanidade.

Além disso, é preciso salientar que um dos objetivos do Partido é estender o seu poder para a esfera pré-discursiva por meio do controle e da normalização das consciências individuais sob o seu domínio. Dessa forma, ao disciplinar os mais íntimos pensamentos individuais, o Estado destrói o discurso heterodoxo antes mesmo de sua gênese e, consequentemente, erradica de forma definitiva a loucura do corpo social.

Assim, não só as longas discussões entre Winston e O' Brien nas celas do Ministério do Amor, mas todo o esforço do Partido em dominar os processos mentais da população, constituem uma batalha pela absolutização de um discurso social específico, o que, em última análise, corresponde ao mais puro exercício de poder. Como afirma Foucault, "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O protagonista tenta bravamente participar dessa disputa, suas forças, entretanto, sucumbem diante dos mecanismos coercitivos que objetivam a cura de seu desequilíbrio mental. O método mais eficaz na recuperação do prisioneiro Winston Smith é o diálogo. O protagonista deve inicialmente enunciar as suas ideias insanas para que, por meio da argumentação e, ocasionalmente, da violência, O' Brien possa refutar e readaptar os conceitos do prisioneiro. "Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação (FOUCAULT, 1996, p. 11).

Parece-nos inevitável estabelecer um paralelo entre essa fase do processo de condicionamento de Winston e a prática clínica de algumas linhas da psicanálise. Ainda que o discurso psicanalítico possa ser considerado belo em suas definições e princípios, é necessário lembrar que esse discurso tem por objetivo embasar uma prática clínica, que, por sua vez, tem como base a dicotomia entre a saúde e a doença, entre o certo e o errado ou, em última análise, entre o normal e o anormal. Tais conceitos são geralmente condicionados pelo conjunto de valores socialmente aceitos que singularizam as diversas comunidades argumentativas. Ainda que a teoria freudiana busque uma explicação holística para os desequilíbrios da mente por meio de uma abordagem naturalista dos

mecanismos da psique humana, o processo de reconhecimento e isolamento dos discursos vinculados à loucura pode apresentar variações dos pontos de vista espacial e temporal. Podemos citar como exemplo a homossexualidade, tanto masculina quanto feminina, que por muito tempo foi considerada um problema de fundo psicológico a ser tratado clinicamente por especialistas. Como afirma Jonathan Ned Katz, “na discussão de Freud, homossexual funciona como um termo assustador e heterossexual é algo do que a pessoa se afasta” (KATZ, 1996, p. 75).

A partir do modelo comportamental estabelecido pelo Partido, Winston é visto como um indivíduo que precisa de tratamento especializado para a sua cura e a sua readaptação a um ideal de “sanidade”. Dessa forma, o processo de normalização do protagonista remonta, até certo ponto, a procedimentos terapêuticos para a recuperação daqueles tidos como mentalmente doentes. Em ambos os casos, as sessões são baseadas na verbalização consciente do paciente para que o médico consiga obter acesso aos aspectos do inconsciente que se escondem por trás das palavras.

Em sua crítica à teoria freudiana, Mikhail Bakhtin afirma que os encontros entre o médico e o seu paciente devem ser analisados sob o ponto de vista de um acontecimento social, no qual a interação entre os sujeitos é permeada por uma relação direta de poder apreensível, por exemplo, no posicionamento de cada indivíduo em meio à situação argumentativa e no choque entre o discurso científico e os sintomas verbalizados do desequilíbrio.

O paciente deseja esconder do médico algumas experiências emocionais e acontecimentos de sua vida, procura impor ao médico seu ponto de vista sobre as causas da doença e o caráter das suas experiências emocionais. O médico, por sua vez, procura preservar sua autoridade de médico, visa a conseguir revelações do paciente, empenha-se em fazê-lo aceitar o ponto de vista correto sobre a doença e os seus sintomas. (BAKHTIN, 1998, p. 79).

Dessa maneira, o processo de readaptação se desenvolve à medida que o protagonista fornece respostas aos questionamentos de O’ Brien. A coerção se estabelece a partir das palavras e por meio delas. A singularidade mental de Winston é paulatinamente impregnada pela

ideologia dominante, o truísmo no qual ele se apoia é desestruturado pelo duplipensar e os dois discursos, anteriormente em choque, começam a convergir para um ponto comum. A fala de Winston é transformada pelo conflito dialógico. Bakthin salienta que “nenhuma enunciação verbalizada pode ser atribuída exclusivamente a quem a enunciou: é *produto da interação entre falantes* e, em termos mais amplos, produto de toda uma situação social na qual ela surgiu” (BAKTHIN, 2001, p. 79).

Nesse tipo de relação o surgimento de laços de confiança e mesmo amizade são vistos como normais e até recomendáveis para o sucesso do tratamento. O’ Brien abandona, em certos momentos, o caráter corretivo de sua função e assume o tom quase paternal do médico diante de seu paciente.

Lembras-te de ter escrito no teu diário que não importava que eu fosse amigo ou inimigo, pois era ao menos uma pessoa que te compreendia e com quem se podia conversar? Tinhas razão. Gosto de conversar contigo. Tua mente me atrai. Parece-se com a minha, com a diferença de que és louco. (ORWELL, 2003, p. 246).

Nesses momentos, as enunciações de Winston também assumem um tom quase confessional, característico do paciente nas sessões com seu médico ou de um pecador perante os ensinamentos de seu guia espiritual. Segundo Bakthin, essas duas perspectivas se misturam na constituição e prática da análise psicanalítica.

O próprio Freud ressalta esse traço de sua teoria: compara seu método de tratamento da histeria à confissão católica. Na confissão, o religioso realmente sai aliviado e purificado graças ao que confessa a outra pessoa, neste caso o padre, os pensamentos e obras que ele mesmo não reconhece como pecaminosas e sobre as quais nada pode falar a outra pessoa em outras circunstâncias. (BAKTHIN, 2001, p. 31).

Tal reflexão nos remete a um aspecto ao qual já nos referimos anteriormente: o acentuado grau de infantilização que pode ser notado em diversas passagens da narrativa. Especificamente nessa última parte da obra, tal aspecto se revela na submissão física e intelectual a que o

protagonista é sumariamente exposto no Ministério do Amor. A reprovação, os castigos e as interdições sofridas pela personagem parecem remontar a atmosfera do colégio St. Cyprian, onde George Orwell sofreu constantes atos de violência, tanto da parte de seus colegas quanto do temido diretor e professor Sambo. “O’ Brien fitava-o com curiosidade nos olhos, Mais do que nunca tinha o ar de um mestre, dedicado a um aluno peralta mas promissor” (ORWELL, 2003, p. 236). Em seu já mencionado ensaio “Such Such Were the Joys”, o autor descreve os sentimentos de impotência e culpa que o dominavam durante as frequentes punições:

A segunda surra também não doeu muito. Medo e vergonha pareciam ter me anestesiado. Eu estava chorando em parte porque sentia isso era esperado de mim, em parte por um arrependimento genuíno, mas também em parte devido a uma profunda tristeza que é peculiar na infância e difícil de carregar [...]. Sentado choramingando na beirada de uma cadeira no estúdio de Sambo, sem nem mesmo conseguir levantar-me enquanto ele ralhava comigo, eu tinha uma convicção de pecado e loucura e fraqueza como eu não me lembro de ter sentido antes¹⁰². (ORWELL, 1947 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 334, 1968).

A fragilidade resultante desse processo abre caminho para que a fase de aprendizagem possa ser finalizada satisfatoriamente. O próprio Orwell admite que, ainda que cruéis e profundamente traumáticos, os mecanismos por ele enfrentados na infância e em parte transportados para os porões do Ministério do Amor demonstram uma eficiência assustadora:

Mas há outra coisa a ser salientada. Não molhei minha cama novamente – no mínimo, eu a molhei uma vez mais, e recebi outra surra, depois da qual o problema parou. Então talvez esse remédio bárbaro funcione, ainda que a um preço alto, disso eu não tenho dúvida¹⁰³. (ORWELL, 1947 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 335, 1968).

Tendo alcançado o sucesso nessa fase inicial da readaptação, O’ Brien dá início a uma segunda etapa na qual Winston finalmente

alcança o entendimento pelo qual ele tanto buscou. O protagonista, após ter reafirmado o seu conhecimento sobre os mecanismos de controle do Partido, precisa compreender as verdadeiras razões que sustentam a estrutura social totalitária.

A partir desse momento, O' Brien assume o papel de um doutrinador encarregado de revelar ao seu prisioneiro a fragilidade de seus ideais revolucionários diante do inevitável sucesso dos planos traçados pelo Ingsoc. Por meio de uma retórica caracteristicamente provocativa, O' Brien guia Winston pela verdadeira realidade social sob a égide do Partido e pelo sonho de perfeição que motiva o seu refinamento.

As velhas civilizações proclamavam-se fundadas no amor ou na justiça. A nossa funda-se no ódio. Em nosso mundo não haverá outras emoções além do medo, fúria, triunfo e autodegradação. Destruiremos tudo mais, tudo. Já estamos liquidando os hábitos de pensamento que sobreviveram de antes da Revolução [...]. Quando formos onipotentes, não teremos mais necessidade de ciência. Não haverá mais distinção entre a beleza e a feiúra. Não haverá curiosidade, nem fruição do processo da vida. Todos os prazeres concorrentes serão destruídos. Mas sempre... não te esqueças, Winston... haverá a embriaguez do poder, constantemente crescendo e constantemente se tornando mais sutil. Sempre a todo momento, haverá o gozo da vitória, a sensação de pisar um inimigo inerte. (ORWELL, 2003, p. 255).

O futuro a que a personagem se refere corresponde à completa realização da utopia totalitarista, que tem sido construída diariamente pelo contínuo aperfeiçoamento de todos os dispositivos normalizadores. O objetivo primordial do Partido é a ampliação e a solidificação do próprio poder, atingindo, dessa forma, um nível de estabilidade inabalável. Margaret Canovan, ao analisar a definição de totalitarismo proposta por Hannah Arendt, salienta as características principais dessa forma de regime, caracterizando também o ideal de perenidade cultivado por esses governantes.

Um estado construído sobre a imagem de uma ideologia, presidida por um único partido legitimado pela ideologia, empregando

poderes ilimitados de coerção e doutrinação para prevenir qualquer desvio da ortodoxia. A construção de tal política é associada por alguns teóricos à tentativa de construir uma Utopia; outros interpretam a sua perpetuação em um estado de imobilidade congelada como uma fuga quase religiosa das ansiedades da modernidade¹⁰⁴. (CANOVAN apud ARENDT, 2000, p. 25-26).

Como afirmamos anteriormente, um mundo com tais características só poderia ser alcançado pela completa normalização das vontades individuais. Possivelmente, esse é o ponto no qual a grande intenção satírica de Orwell fica mais evidente: tanto nas utopias hedonísticas quanto nas distopias totalitárias o processo para a realização concreta dos modelos abrange inevitavelmente a supressão da individualidade. Tal aspecto compõe o cerne da argumentação de O' Brien sobre o futuro:

O verdadeiro poder, o poder pelo qual temos de lutar dia e noite, não é o poder sobre as coisas, mas sobre os homens [...]. Como é que um homem afirma o seu poder sobre outro, Winston? [...] Exatamente fazendo-o sofrer. A obediência não basta. A menos que sofra, como podes ter certeza de que ele obedece tua vontade e não a dele? O poder reside em infligir dor e humilhação. O poder está em se despedaçar os cérebros humanos e tornar a juntá-los da forma que se entender. Começas a distinguir que tipo de mundo estamos criando? (ORWELL, 2003, p. 254-255).

A homogeneização das consciências individuais é uma prerrogativa não apenas para o desenvolvimento da sociedade distópica, mas para a própria sobrevivência do Partido. Como afirma O' Brien, “é-nos intolerável que exista no mundo um pensamento errôneo, por mais secreto e inerte que seja. Nem mesmo no instante da morte podemos admitir um desvio” (ORWELL, 2003, p. 243).

Para Arendt, a construção de uma utopia normalizadora, especialmente aquela que se estabelece pela violência, representa um retorno aos primórdios da socialização humana e a progressiva animalização dos indivíduos pela aniquilação de qualquer forma de pensamento autônomo. Especialmente sob esse ponto de vista, o discurso de O' Brien é comparável àquele pronunciado pelo Grande Inquisidor, personagem

da obra *Os Irmãos Karamazov* de Dostoiévski. Como afirma Jeffrey Meyers, “o conceito central na ideologia do Partido, que liberdade e felicidade não podem coexistir, evolui de *Os Irmãos Karamazov*, de Dostoiévski, passando por *Nós* de Zamiatin”¹⁰⁵ (MEYERS, 1975, p. 152).

A figura do Grande Inquisidor surge na obra de Dostoiévski em um conto escrito pela personagem Ivan Karamazov, que lê o texto em voz alta para a apreciação de sua irmã. No conto, o velho e poderoso clérigo pronuncia um discurso exacerbado diante de Jesus Cristo que, ao retornar a terra, coloca em perigo o equilíbrio social alcançado pela intervenção de instituições humanas como a Igreja Católica.

Lembra-te da primeira pergunta, do sentido, senão do teor: queres ir para o mundo de mãos vazias, pregando aos homens uma liberdade que a estupidez e a ignomínia naturais deles os impedem de compreender, uma liberdade que lhes causa medo, porque não há e jamais houve nada de mais intolerável para o homem e para a sociedade [...]. Sem nós, estarão sempre famintos. Nenhuma ciência lhes dará pão, enquanto permanecerem livres, mas acabarão por depositá-la a nossos pés, essa liberdade, dizendo: ‘Reduzi-nos à servidão, contanto que nos alimenteis’ [...]. Converter-se-ão também de sua impotência para ser livres sendo fracos, depravados, nulos e revoltados. (DOSTOIÉVSKI, 1995, p. 208).

O Grande Inquisidor coloca sob a guarda de uma instituição o direcionamento dos indivíduos rumo a um estado de subserviência e felicidade, caracterizando um regime fundamentado em um ideal autoritário de bem-estar social e não mais no conceito de livre-arbítrio pregado por Cristo. Essa perspectiva coloca em termos naturalistas o desejo individual de integrar-se completamente a um grupo, renunciando às próprias idiossincrasias.

Ficarão espantados e acreditarão que somos deuses por ter consentido, pondo-nos a comandá-los, em assumir a liberdade que os atemorizava e reinar sobre eles, de modo que ao final terão medo de ser livres [...]. Esqueceste-te então de que o homem prefere a paz e até mesmo a morte à liberdade de discernir entre o bem e o mal? Não há nada de mais sedutor para o homem

do que o livre-arbítrio, mas também nada de mais doloroso”. (DOSTOIÉVSKI, 1995, p. 208, 209).

Por sua vez, Eugene Zamiatin coloca em termos ainda mais claros a incompatibilidade dos conceitos de liberdade e felicidade nas sociedades modelares. Segundo o texto, a responsabilidade do Estado é justamente desfazer a incongruência dos ideais que por séculos orientaram os indivíduos.

Aquela lenda antiga sobre o paraíso... Bem fala de nós, de hoje. É! Imagine só. Aqueles dois, no paraíso, podiam escolher: felicidade sem liberdade, ou liberdade sem felicidade. Não havia uma terceira alternativa. Aqueles idiotas escolheram a liberdade, e qual foi o resultado? Naturalmente, durante séculos ansiaram pelos grilhões. Os grilhões, entendeu? Era essa a infelicidade do mundo. Durante séculos! E somente nós encontramos o caminho para restaurar a felicidade. (ZAMIATIN, 1983, p. 68-69).

A partir dessas reflexões, o lema do Ingsoc segundo o qual *Liberdade é Escravidão* parece-nos assumir importância ainda maior na distopia orwelliana, tanto como dispositivo controlador quanto como parte integrante da ideologia que impulsiona o fortalecimento da sociedade. Entretanto, em 1984 não ocorre um processo de substituição da liberdade pela felicidade. Jeffrey Meyers salienta que “a terrível ironia, obviamente, é que as pessoas em 1984 não têm nem liberdade nem felicidade. A onipotência da Igreja e do Estado é defendida pelo Grande Inquisidor (e por O’ Brien) que sustenta que os homens são terrivelmente fracos e incapazes de escolher entre o bem e o mal”¹⁰⁶ (MEYERS, 1975, p. 152).

Ao contrário das personagens do Grande Inquisidor de Dostoiévski e do Benfeitor de Zamiatin, os quais realmente acreditam estarem agindo em benefício da humanidade, o Partido não deseja o poder com o intuito de orientar os cidadãos. Na sociedade distópica de Orwell, o poder é um fim em si mesmo. Como afirma o próprio O’ Brien:

O Partido procura o poder por amor ao poder. Não estamos interessados no bem-estar alheio; só estamos interessados no poder.

Nem na riqueza, nem no luxo, nem em longa vida de prazeres: apenas no poder, poder puro [...]. Somos diferentes de todas as oligarquias do passado, porque sabemos o que estamos fazendo. Todas as outras, até mesmo, as que se assemelhavam conosco, eram covardes e hipócritas [...]. Sabemos que ninguém toma o poder com a intenção de largá-lo. O poder não é um meio, é um fim em si. Não se estabelece uma ditadura com o fito de salvaguardar uma revolução; faz-se a revolução para estabelecer a ditadura. O objetivo da perseguição é a perseguição. O objetivo da tortura é a tortura. O objetivo do poder é o poder. (ORWELL, 2003, p. 251-252).

Possivelmente, esse esvaziamento dos objetivos que motivam a articulação da imensa estrutura controladora na Oceania seja um dos aspectos mais aterrorizantes da narrativa, justamente pelo seu caráter irrefutável como elemento argumentativo. Hannah Arendt aponta uma reflexão semelhante como uma das bases do desenvolvimento do totalitarismo.

Diferentemente da violência e coerção usada por tiranos comuns, ela [dominação totalitária] não tem nenhum propósito utilitarista como a repressão da oposição, e ela apenas atinge o seu clímax quando a genuína oposição já foi reprimida; a sua única função é desenvolver o projeto da dominação total por meio da destruição de toda a individualidade humana¹⁰⁷. (CANOVAN apud ARENDT, 2000, p. 27).

É interessante salientar que, mesmo considerando o debilitado estado de saúde no qual se encontrava George Orwell ao finalizar a sua última obra, alguns teóricos criticam a decisão do autor em caracterizar a intenção final do Partido como uma busca pelo poder em sua essência mais pura. Carl Freedman, por exemplo, justifica o seu ponto de vista afirmando que:

Não quero dizer que Orwell deveria necessariamente ter colocado qualquer explicação *particular* para o totalitarismo oceânico [...]. Orwell, sem dúvida, diria que ele, como Zamiatin, aborda o lado irracional do totalitarismo [...]. A afirmação pode ser verdadeira.

Realmente, os discursos furiosos, mas horrivelmente lúcidos de O' Brien satirizam a base desse lado irracional do totalitarismo com a mesma habilidade que marca o programa satírico do livro em geral. Mas, ao falhar em considerar igualmente um lado *racional*, Orwell, na parte final e culminante de *1984* – na qual todo o resto deveria ser explicado, tornou claramente óbvia a contradição¹⁰⁸ de gêneros que caracteriza o livro como um todo¹⁰⁹. (FREEDMAN, 1984, p. 612, 613).

Ainda na esfera da sátira, em que se desenvolve a reflexão de Freedman, precisamos considerar outro aspecto que, paralelamente à crítica ao totalitarismo, está presente na última parte da narrativa: a sátira ao Catolicismo e ao Cristianismo. George Orwell, em alguns de seus textos, ataca a Igreja Católica de forma tão contundente quanto aos governos totalitários. Para o autor, a autoridade clerical era responsável por uma longa tradição de cerceamento das liberdades individuais, reconhecível pelas constantes tentativas de normalizar o comportamento dos sujeitos por meio da doutrina religiosa, mas também pela manutenção de um sólido poder político que funciona como um obstáculo à evolução das sociedades históricas. Em seu ensaio “Toward European Unit”, o autor argumenta que

O que é perigoso em relação à Igreja é que ela não é reacionária no sentido comum da palavra [...]. Ela é perfeitamente capaz de aceitar o Socialismo, ou parecer ter feito isso, uma vez garantido que a sua posição será resguardada. Mas se é permitido que ela sobreviva como uma organização poderosa, isso tornará o estabelecimento do verdadeiro Socialismo impossível, porque a sua influência é e sempre será contra a liberdade de pensamento e expressão, contra a igualdade humana, e contra qualquer forma de sociedade que tenda a promover a felicidade terrena¹¹⁰. (ORWELL, 1947 apud ORWELL; ANGUS, v. 04, p. 374, 1968).

Tal ponto de vista é transferido, ainda que de forma mais sutil, para a obra na forma de elementos que podem ser encontrados em grande parte do texto. Poderíamos citar como exemplo a política celibatária estabelecida rigidamente pelo Partido e a regulação do sexo como

um simples procedimento conceutivo que deveria ser desvinculado de qualquer forma de prazer, especialmente para a mulher.

No Ministério do Amor, esses elementos parecem ficar ainda mais evidentes. Tanto a caracterização de determinados aspectos como o poder do Ingsoc e a onipotência do Grande Irmão, quanto o processo de transformação pelo qual passa o protagonista podem ser interpretados como metáforas de caráter religioso. O próprio O' Brien evidencia essa relação ao afirmar que “somos os sacerdotes do poder – disse – Deus é poder. Mas no momento, para ti, poder é apenas uma palavra” (ORWELL, 2003, p. 252).

Christopher Small desenvolve a sua análise tendo em vista a sátira ao Catolicismo e extrai características interessantes do texto, principalmente da seção final da obra. O autor defende que

Neste estágio, senão antes, é impossível não ver *1984* como uma parábola religiosa, ou talvez como uma monstruosa paródia de uma. O Partido é Deus, o Grande Irmão é a “corporificação” ou encarnação. Seu tempo e lugar de ação é o Ministério do Amor; seus padres e mensageiros, as legiões de seus anjos, são os membros do Partido e a Polícia do Pensamento, onipresentes e todo poderosos; em si mesmo, como o seu servo O' Brien ensina, ele é imortal, vê tudo, sabe tudo e é onipotente. Por meio do dispositivo do “solipsismo coletivo” ele é literalmente capaz de fazer qualquer coisa, com poder absoluto sobre “as leis da Natureza”¹¹. (SMALL, 1975, p. 160).

Em certos momentos, a readaptação de Winston assume características de um processo de expiação dos pecados cometidos, visando a reaproximação do indivíduo transgressor dos caminhos determinados pela figura divina do Grande Irmão. A penitência pela desobediência aos dogmas do Partido é lenta e dolorosa, uma vez que o pecador é o único responsável pelos seus atos e deve, por livre e espontânea vontade, aceitar alegremente os princípios anteriormente renegados. “Estás aqui porque fracassaste em humildade, em disciplina. Não queres fazer o ato de submissão que é o preço da sanidade. Preferiste ser lunático, minoria de um” (ORWELL, 2003, p. 237).

Assim, a junção dos elementos satíricos em relação ao totalitarismo e ao Catolicismo compõe grande parte da reflexão crítica de Orwell

nos últimos capítulos da obra e integra a representação do método punitivo e corretivo no Ministério do Amor. Paulatinamente, o protagonista é normalizado pela própria compreensão que tanto buscou, aproximando-se finalmente da aceitação incondicional. Como salienta O' Brien: "Vejo que comesas a perceber o que será o mundo. Mas no fim farás mais do que compreender. Tu o aceitarás, aplaudirás, farás parte dele" (ORWELL, 2003, p. 256).

Indiscutivelmente, os resultados práticos da violência física e psicológica promovida pelo Partido são rápidos e concretos. O desespero que se apodera de Winston quando ele contempla, diante do espelho, aquilo que restara de seu corpo pode ser considerado como o passo final da readaptação da personagem. "Estás apodrecendo. Estás caindo aos pedaços. Que és tu? Um saco de lixo. Agora volta-te e olha-te de novo no espelho. Vês aquela coisa te olhando? É o último homem. Se és humano, a humanidade é aquilo"¹¹² (ORWELL, 2003, p. 260).

O protagonista compreende não apenas os propósitos finais do Ingsoc, mas também a inutilidade de sua resistência diante do imenso poder que orienta todo o regime. Assim, a docilização do corpo e da mente está quase completa.

Capitulara; não havia dúvida. Na realidade, percebia agora que estivera pronto a capitular muito antes de tomar essa decisão. Desde o momento em que se encontrara no Ministério do Amor – e mesmo durante aqueles minutos em que ele e Júlia haviam esperado, inermes, as ordens da voz férrea da teletela – percebera a frivolidade, a inutilidade da sua tentativa de levantar-se contra o poder do Partido [...]. Não podia mais lutar contra o Partido. Além disso, o Partido tinha razão. Devia ter: como poderia enganar-se o cérebro imortal coletivo? (ORWELL, 2003, p. 264).

A partir daí, Winston se esforça para realmente assumir como seus os princípios que regem a Oceania. Entretanto, algo de verdadeiramente humano ainda resta no íntimo da personagem, de forma que as suas palavras ainda são permeadas pelo desejo racional de fazer parte do corpo social que o circunda. E, como afirmara O' Brien anteriormente, a simples obediência não é suficiente. Como analisa B. T. Oxley:

Smith faz progressos em suas lições. Ele quase pode entender que dois e dois fazem cinco; que, como o cérebro imortal e coletivo da humanidade, o Partido deve estar sempre certo; que a sanidade é estatística. Ele se exercita em ‘crimedeter’. Mas ele retorna ao seu sonho sobre a Terra Dourada e acorda gritando por Júlia. Ele se rendeu apenas em sua mente; o seu coração está ainda traiçoeiramente entregue a coisas particulares [...]. Ele contempla o último ato de rebelião e ódio contra o Grande Irmão que a sua integridade pode produzir¹¹³. (OXLEY, 1967, p. 124).

Realmente, podemos considerar o sonho do protagonista como o último ato de rebeldia do qual ele é capaz, uma vez que a última fase do treinamento da personagem destrói completamente qualquer possibilidade de ação ou de pensamento autônomo. Winston é levado para um lugar onde a própria consciência individual se transforma na fonte para a realização dos piores pesadelos: a sala 101.

Nesse espaço, o protagonista se depara não apenas com os horrores que a sua mente pode criar, mas também com a profundidade obscura e ainda inexplorada de seu próprio egoísmo.

Em relação ao primeiro aspecto, Winston é colocado diante daquilo que ele mais teme, com o objetivo de levá-lo a uma situação limite, tanto do ponto de vista físico, quanto psicológico. Segundo a definição do próprio O’ Brien:

– A pior coisa do mundo – disse O’ Brien – varia de indivíduo para indivíduo. Pode ser o sepultamento vivo, a morte pelo fogo, afogamento, empalamento, ou cinquenta outras mortes. Casos há em que é algo trivial, nem ao menos mortífero [...] – No teu caso – disse O’ Brien – a pior coisa do mundo são ratos. (ORWELL, 2003, p. 271).

O protagonista, sem a menor possibilidade de reação, vê a morte se aproximar por meio dos dentes vorazes de um grupo de ratazanas que é paulatinamente trazido para junto de sua face. O terror revelado pela personagem ainda no apartamento sobre a loja do Sr. Charrington se torna assustadoramente palpável e constitui a última barreira a ser quebrada para a completa normalização de Winston.

Diante da concretização do terror mais profundo de sua consciência e da aparente iminência de uma morte extremamente dolorosa, Winston se despoja de seu último traço de individualidade em favor de sua integridade física. O protagonista tenta transferir o seu suplício para a pessoa que representava a sua única conexão com uma forma de pensamento e sentimento alheia aos princípios do Partido: Júlia.

Mas compreendera de repente que no mundo inteiro só havia *uma* pessoa a quem transferir o seu castigo – *um* corpo que podia colocar diante dos ratos. E pôs-se a berrar freneticamente, repetidamente: – Faze isso com Júlia! Faze isso com Júlia! Comigo não! Júlia! Não importa o que faças a ela. Arranca-lhe a cara, desnuda-lhe os olhos. Não comigo! Com Júlia! Comigo não! (ORWELL, 2003, p. 273).

Dessa forma, a promessa de fidelidade eterna entre os dois se despedaça assim como o íntimo de Winston que, aos cacos, já não pode recuperar o ideal de humanidade que um dia o motivou. Por meio do individualismo e da recusa ao martírio, o protagonista é esvaziado dos conceitos que orientavam a sua revolta contra o regime. Ao revelar a mesma crueldade e o mesmo desrespeito pela vida humana que sustenta o Partido, a personagem se torna finalmente apta a se reintegrar na sociedade. O processo de autoconhecimento nos porões do Ministério do Amor se dedica a desenterrar as fraquezas humanas que, ao tornarem os indivíduos maleáveis, possibilitam o exercício do poder. Como afirma Christopher Small ao caracterizar a Sala 101:

É o lugar onde ele [Winston] é trazido inevitavelmente a encarar o seu próprio vazio: o verdadeiro abismo sem fundo no qual cairá toda a propriedade pessoal, incluindo o ódio que ele esperava manter até o fim. Ele pede que o tormento seja transferido para Júlia, mas nesse momento Julia é claramente uma ilusão, aquela parte de sua mente com a qual ele fez um pacto de morrer em “liberdade”, odiando. Ameaçado pela mais odiosa tortura ele odeia o ódio pelo qual ele está sendo torturado; essa é a sua última possessão e ele desiste dela. Ele não tem nada: ele não é nada¹¹⁴. (SMALL, 1975, p. 164).

Uma vez reduzido a uma sombra do que fora, o protagonista pode ser reconstruído segundo o desejo do Partido e, ainda que sua morte esteja agendada para muito breve, ser re-introduzido na sociedade. A loucura fora curada, a realidade compreendida e finalmente aceita. A paixão frágil cultivada por Júlia fora substituída por um sentimento mais forte devido ao seu caráter coletivo e transcendental: o amor pelo Grande Irmão. A busca revolucionária de Winston por verdade e amor encontra termo no espaço subterrâneo da Sala 101 e de seu próprio íntimo. A personagem encontra a verdade no infinito egoísmo que preenche a sua alma e no amor dedicado ao Partido. Como afirma Freedman, “o que é mais irônico em relação ao nome do Ministério do Amor é que ele finalmente não é de forma alguma irônico”¹¹⁵ (FREEDMAN, 1984, p. 611).

Assim, exatamente nove meses depois de ser preso no bairro dos proles, Winston renasce para a vida em sociedade. É novamente o mês de abril e, mesmo tendo decorrido apenas um ano, a transformação que se desenvolveu na consciência do protagonista pode ser vista em relação apenas simbólica com a beleza da estação das flores. Ao encontrar-se novamente com Júlia, o diálogo não ultrapassa os limites da mútua confissão: “– Eu te traí – disse ela sem rodeios. – Eu te traí – disse ele também” (ORWELL, 2003, p. 279).

Algum tempo depois, Winston bebe gim no Café Castanheira, o mesmo local onde os três traidores do Partido foram capturados na fotografia que, em certa ocasião, esteve nas mãos do protagonista e que constituiu a única prova já encontrada pela personagem da reconstrução institucional do passado. Nesse lugar, uma música ressoa melancólica e ironicamente, parecendo se dirigir ao cliente solitário que, absorto em suas próprias cicatrizes, levanta continuamente o copo: “*Sob a frondosa castanheira, Eu te vendi e tu me vendeste...*” (ORWELL, 2003, p. 281).

É importante salientar que as marcas deixadas pelos meses no Ministério do Amor foram tão profundas que Winston não consegue projetar qualquer forma de felicidade além do seio do Partido. Seu único desejo é servir e atender aos interesses do Ingsoc para que a redenção de uma morte rápida lhe seja concedida. O protagonista apenas anseia por alcançar a paz com a sociedade e consigo mesmo. Assim, a paisagem bucólica da “Terra Dourada” é substituída pela dos corredores frios e continuamente iluminados do Minilove, uma projeção do destino final da personagem.

Winston, imerso num sonho bem-aventurado, não reparou quando lhe encheram o copo. Já não corria nem dava vivas. Estava de volta ao Ministério do Amor, tudo perdoado, a alma branca de neve. Estava na tribuna dos réus, confessando tudo, implicando todos. Ia andando pelo corredor de ladrilhos brancos, com a impressão de andar ao sol, acompanhado por um guarda armado. Por fim penetrava-lhe o crânio a bala tão esperada. (ORWELL, 2003, p. 284).

Ao ouvir notícias sobre mais uma guerra fictícia promovida pelo governo oceânico, Winston realiza o seu ato final de contrição e aceita definitivamente o seu lugar no corpo social.

Levantou a vista para o rosto enorme. Levava quarenta anos para aprender que espécie de sorriso se ocultava sob o bigode negro. Oh, mal-entendido cruel e desnecessário! Oh, teimoso e voluntário exílio do peito amantíssimo! Duas lágrimas cheirando a gim escorreram de cada lado do nariz. Mas agora estava tudo em paz, tudo ótimo, acabada a luta. Finalmente lograra a vitória sobre si mesmo. Amava o Grande Irmão. (ORWELL, 2003, p. 285).

A trajetória do protagonista se encerra com a sua inclusão na inconsciência coletiva que caracteriza a sociedade oceânica. A derrota da personagem corresponde à solidificação do sistema idealizado pelos membros do Partido e denota o terrível poder da utopia totalitária que George Orwell tanto temia e que denunciou ao longo de considerável parte de sua vida. O indivíduo, ao ter sua mente e sua individualidade suprimidas, seja pela violência, pela ideologia ou pelo sonho de uma sociedade perfeita, abre caminho para que os piores pesadelos invadam definitivamente a realidade.